



S03/11/2017

Licitação No.041/2017

Data limite para recebimento de propostas: [17/01/2018] – 17:00hs [Horário de Brasília/DF, Brasil]

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação ("FAO" ou "Organização") é uma organização intergovernamental com mais de 194 nações membros. Desde o início, a FAO trabalha para atenuar a pobreza e a fome, promovendo o desenvolvimento agrícola, melhoria da nutrição e a busca por segurança alimentar – definida como o acesso de todas as pessoas, a qualquer momento, à alimentação que elas precisam para ter uma vida ativa e saudável.

Para atingir suas metas, a FAO coopera com milhares de parceiros no mundo todo, desde grupos de agricultores a comerciantes, de organizações não governamentais a outras agências da ONU, de bancos de desenvolvimento a empresas de agronegócios (o sítio da FAO apresenta mais informações detalhadas: <http://www.fao.org>).

Ao preparar sua proposta, considere o status internacional e as atividades da FAO, apresentando seus melhores termos comerciais. É necessário ter em mente que a FAO desfruta de certos privilégios e imunidades que incluem a isenção de pagamento do Imposto de Valor Agregado ("VAT" ou "IVA"), impostos alfandegários e restrições de importação.

A FAO pretende contratar:

"Uma empresa ou instituição para a execução de serviços técnicos de classificação de uso e cobertura da terra a partir de imagens RapidEye como parte do componente Análise de Paisagem dentro do Inventário Florestal Nacional"

Por meio desta, convidamos a apresentar sua proposta em relação à outorga destes serviços.

A sua participação nesta licitação pressupõe sua aceitação dos procedimentos e condições que regem este convite:

1. Procedimentos

- 1.1 Você está convidado a enviar uma oferta para os serviços acima mencionados. Uma descrição dos serviços solicitados é fornecida no Apêndice A;
- 1.2 Ao enviar sua oferta, você deve ter considerado todos os aspectos relevantes para o desempenho do contrato proposto e ter obtido todas as informações e dados necessários sobre riscos, contingências e outras circunstâncias que possam influenciar ou afetar sua oferta;
- 1.3 Entende-se que todos os documentos, cálculos, etc., que possam fazer parte da sua oferta, serão propriedade da Organização, que não será obrigado a devolvê-los à sua empresa;
- 1.4 A Organização pode decidir fazer um prêmio parcial ou nenhum prêmio caso considere que os resultados deste concurso e / ou qualquer outra circunstância relacionada assim o exigirem;

- 1.5 A FAO não tem obrigação de comprar quantidades mínimas de bens ou serviços do Contratado e não deve limitar o direito de obter bens ou serviços do mesmo tipo, qualidade e quantidade conforme descrito no Apêndice A de qualquer outra fonte em a qualquer momento;
- 1.6 Todos os custos incorridos para preparar sua oferta devem ser suportados por você; A FAO não será responsável por reembolsar qualquer ou todo esse custo;
- 1.7 A Organização reserva-se o direito de publicar os detalhes dos prêmios, incluindo o nome do fornecedor e o país, o valor total do Contrato e uma breve descrição dos serviços. Em todos os casos, os licitantes mal sucedidos serão notificados;
- 1.8 O registro como vendedor no Mercado Global da ONU (UNGM), www.ungm.org, é um pré-requisito para receber um prêmio da FAO. Registre sua empresa com a UNGM. Se sua empresa não estiver registrada, ao enviar uma oferta, você autoriza a FAO a registrar sua empresa na UNGM em seu nome.
- 1.9. A Organização adotou uma abordagem de tolerância zero para a fraude e proíbe que as empresas se envolvam em práticas corruptas, fraudulentas, colusórias, coercivas, antiéticas e obstrutivas quando participam de atividades de compras. Conforme fornecido pelos Procedimentos de Sanções do Fornecedor ([http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/procurement/docs/FAO_Vendors_Sanctions_Policy -
_Procedimentos.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/procurement/docs/FAO_Vendors_Sanctions_Policy_-_Procedimentos.pdf)), se a Organização determinar que uma empresa se envolveu em tal conduta, ela irá impor sanções e pode compartilhar informações sobre empresas sancionadas com outras organizações intergovernamentais ou das Nações Unidas;
- 1.10 Uma empresa e seus afiliados, agentes e subcontratados não devem ser suspensos, descartados ou identificados como não elegíveis por qualquer Organização Intergovernamental ou da ONU, incluindo qualquer organização do Grupo do Banco Mundial ou qualquer banco de desenvolvimento multilateral, ou pelas instituições e órgãos das organizações de integração econômica (por exemplo, a União Européia). Por conseguinte, você é obrigado a divulgar à Organização se a sua empresa, ou qualquer uma das suas afiliadas, agentes ou subcontratados, está sujeita a qualquer sanção ou suspensão temporária imposta por qualquer organização ou autoridade nacional em qualquer momento durante os três anos anteriores ao contrato ou a qualquer momento durante a execução do contrato. Você reconhece que uma violação desta disposição dará direito à FAO de rescindir seu contrato com sua empresa, sem qualquer responsabilidade por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo de FAO, e que as falsas declarações materiais sobre seu status constituem uma prática fraudulenta;
- 1.11 Os concorrentes devem certificar que sua empresa não está associada, direta ou indiretamente, a entidades ou indivíduos (i) associadas ao terrorismo, como na lista mantida pelo Comitê do Conselho de Segurança estabelecido nos termos das suas Resoluções 1267 (1999) e 1989 (2011), ou (ii) que são objeto de sanções ou outras medidas de execução promulgadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os licitantes selecionados também concordam em realizar todos os esforços razoáveis para garantir que nenhum dos fundos recebidos da FAO sob o contrato adjudicado seja usado para prestar apoio a indivíduos ou entidades associadas ao terrorismo ou que sejam objeto de sanções do Conselho de Segurança. Esta provisão deve ser incluída em quaisquer subcontratos, subconjuntos ou cessões celebradas sob o contrato adjudicado. O Licitante reconhece e concorda que esta disposição é um termo essencial do contrato adjudicado e qualquer violação dessas obrigações e garantias dará direito à FAO de rescindir o Contrato imediatamente após notificação ao Contratado, sem qualquer responsabilidade por encargos de rescisão ou qualquer responsabilidade de qualquer tipo da FAO;
- 1.12 Os concorrentes devem certificar que sua empresa e / ou subcontratados não estão associados, direta ou indiretamente, com o consultor ou qualquer outra entidade que preparou os termos de referência ou outros documentos de licitação para este concurso;
- 1.13 Por favor, note que os concorrentes que utilizam um consultor independente para auxiliar na preparação de ofertas podem arriscar-se a praticar práticas inaceitáveis se o mesmo consultor auxiliar outro Licitante a preparar uma oferta para o mesmo concurso. Os proponentes são lembrados de que eles são totalmente

responsáveis pela condução de qualquer consultor que possa ser usado para preparar ofertas para os concursos da FAO e eles devem tomar todas as medidas para garantir que qualquer consultor independente contratado para auxiliar na preparação de uma oferta para um concurso da FAO tenha não e não estará envolvido na preparação de uma oferta para outro Licitante pelo mesmo processo de concurso.

Os proponentes são obrigados a revelar, no melhor de seus conhecimentos, se a empresa tem relações pessoais ou profissionais com a FAO. A divulgação deve incluir todos os detalhes relevantes e deve incluir, entre outros:

- **QUALQUER** relação de trabalho atual ou anterior com a FAO dos representantes e funcionários da sua empresa;
- **QUALQUER** relação atual ou passada com qualquer membro da equipe da FAO (familiares, cônjuges, etc.) dos representantes e funcionários da sua empresa.

1.14 A equidade e a transparência são princípios fundamentais para as atividades de aquisição da FAO. As empresas que acreditam que o processo de aquisição não foi justo e transparente podem solicitar feedback do escritório que emitiu o concurso. Se uma resposta satisfatória não for recebida, uma empresa pode apresentar um protesto na sequência dos procedimentos de protesto apresentados no seguinte link: <http://www.fao.org/unfao/procurement/codedeconduithique/protests/en/>. Para denunciar alegações de fraude ou falta de conduta no processo de aquisição, os licitantes podem enviar informações, também anonimamente, ao Diretor da Linha Direta do Inspetor Geral: <http://www.fao.org/aud/69204/pt/>.

2. Documentos Anexados

Os seguintes documentos estão incluídos:

- 2.1 O formulário "Resumo da proposta", para ser usado para enviar sua oferta;
- 2.2 Apêndice 'A' à Carta de Convite, com a descrição detalhada dos serviços exigidos e os requisitos obrigatórios para participar neste concurso;
- 2.3 Apêndice 'B' à Carta de Convite - Lista de Preços
- 2.4 Uma amostra do Contrato que a Organização pretende conceder.

3. Documentos a serem apresentados

Sua oferta deve consistir nos seguintes itens claramente identificados:

- 3.1 O "Resumo da proposta" devidamente preenchido, mencionado no parágrafo 2.1 acima;
- 3.2 **Documentos que demonstram o cumprimento dos requisitos obrigatórios**

Os licitantes são **obrigados** a cumprir os seguintes requisitos obrigatórios. A falta de fornecimento de informações / documentos necessários resultará na desqualificação do licitante no processo de avaliação do concurso.

A empresa deverá apresentar os seguintes documentos, sob pena de desclassificação:

Administrativo (Estatus legal da empresa):

- 1. cartão CNPJ da empresa que mostra que a empresa está no negócio por um mínimo de 3 anos;
- 2. Certificado de Negativa da Dívida (CND), emitido pela Receita Federal do Brasil.

Empresas estrangeiras deverão apresentar os seguintes documentos:

3. Certificado legal de registro de empresa válido que mostra que a empresa está no negócio por um mínimo de 3 anos;
4. Certificado de Liquidação Fiscal válido;

Financeiro:

5. Demonstrativo contábel do licitante nos últimos três (3) anos com boa situação financeira.

Se algum desses documentos não for aplicável aos licitantes, a empresa deve declarar ou provar a não aplicabilidade.

Técnico:

6. Mínimo de 2 projetos completos de valor e escala similares realizados nos últimos 5 anos como empresa líder;

A equipe técnica, o licitante deve ter o seguinte profissional:

#	PROFESSIONAL	QUALIFICATION/ EXPERIENCE
01	Coordenador	Profissional com Doutorado / PhD em Sensoriamento Remoto, ou outros assuntos relevantes, com experiência comprovada de pelo menos 5 anos no mapeamento da vegetação por classificação orientada para objeto a nível nacional e estadual. Este profissional será responsável por coordenar a equipe técnica e também será responsável pela qualidade dos produtos.

Nota: A FAO reserva-se o direito de realizar atos com os licitantes para esclarecer qualquer eventual informação considerada necessária, apresentada na proposta e / ou incompatível com as descrições feitas.

3.3 O Apêndice B devidamente preenchido da Carta de Convite, indicando os custos dos serviços necessários;

4. Avaliação

As propostas recebidas serão avaliadas em relação aos requisitos obrigatórios. A metodologia Pass / Fail será usada para avaliar cada um dos requisitos obrigatórios. O descumprimento de qualquer um dos requisitos obrigatórios resultará na desqualificação da oferta. A FAO reserva-se ainda o direito de considerar e desqualificar as empresas com base em um desempenho falido prévio documentado, incluindo, entre outros, a má qualidade dos bens ou serviços prestados, a entrega tardia e o desempenho insatisfatório. **O contrato será adjudicado à oferta mais competitiva que cumpra as especificações técnicas conforme estabelecido pelos requisitos obrigatórios.**

Será considerada vencedora a licitante que atender aos requisitos deste edital e ofertar a proposta de menor preço.

5. Totalidade da Proposta

As propostas só serão consideradas se contiverem todas as informações e documentos mencionados anteriormente, observando as provisões do contrato em anexo. De outra forma, não será possível avaliá-las em igualdade de condições. Como esta Organização não pode assinar contratos que não especifiquem sua responsabilidade financeira máxima, as propostas que não nos permitirem calcular esta responsabilidade podem ser rejeitadas.

6. Participação da Organização

É necessário analisar com cuidado a natureza e extensão da participação da Organização na execução do contrato, conforme o Anexo... do contrato em anexo, já que o contrato presume que todos os outros requisitos para seu bom término estão inclusos no custo do Contratado. Assim, é necessário informar no espaço adequado do “Resumo da Proposta” (Parte IV) qualquer adição ou modificação ao referido Anexo... que seja sugerida para uma execução satisfatória do contrato.

7. Privilégios e Imunidades

Esta Organização desfruta de certos privilégios e imunidades que incluem a isenção de pagamento do Imposto de Valor Agregado (“VAT” ou “IVA”), impostos alfandegários e restrições de importação.

8. Moeda da Proposta e do Contrato

Sua proposta deve ser expressa em R\$ (Reais).

9. Formulário de Submissão e Data de Encerramento

9.1 Sua oferta deve ser enviada da seguinte forma:

PARA GARANTIR A VALIDADE DA SUA OFERTA, DEVE SER ENVIADO NO SEGUINTE:

1. **[ENVIO POR ENVELOPE FECHADO] + mídia digital com o conteúdo da proposta**
OFERTAS RECEBIDAS POR QUALQUER MEIO EXCETO O INDICADO AQUI SERÃO CONSIDERADOS INVÁLIDAS!
2. **ENCAMINHADA ANTES DA DATA E DA HORA DE FECHAMENTO.**
OFERTAS RECEBIDAS APÓS A DATA E HORÁRIO DE FECHAMENTO SERÃO CONSIDERADOS INVÁLIDAS!
3. **AS OFERTAS SERÃO TRATADAS COMO CONFIDENCIAL** - POR FAVOR NÃO COPIE QUALQUER OUTRO RECEPTOR.
4. NÃO SERÁ PERMITIDO O ENVIO DE PROPOSTA POR E-MAIL.

9.2 Sua oferta deve chegar a esta Organização **o mais tardar em:**

Data limite para recebimento de propostas: [17/01/2018] – 17:00hs [Horário de Brasília/DF, Brasil]

9.3 Sua oferta deve chegar a esta Organização no endereço abaixo (usar a etiqueta abaixo no envelope):

Licitação No. 041/2017
ENVELOPE NÃO DEVE SER ABERTO NO REGISTRO
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO
Via S-1 Oeste, Campus do INMET
Setor Sudoeste
Brasília (DF)
CEP: 70.680-900

10. Comunicações relativas a este edital

Todas as comunicações relativas a este concurso devem mencionar o número do concurso (**ITB N.º 041/2017**) e devem ser enviadas o por e-mail para o seguinte endereço: FAOBR-licitacao@fao.org

- Audiência Prévia (somente virtual por webex) - 10/01/18
- Prazo para envio de questionamentos - 11/01

11. Registro na FAO (Serviços)

Caso a sua empresa ainda não esteja registrada como contratante potencial com a FAO, solicite-se que registre-se no Mercado Global das Nações Unidas (UNGM), www.ungm.org, mesmo que não pretenda participar desse concurso. O registro como fornecedor na UNGM é um pré-requisito para receber um prêmio da FAO. Se você tiver alguma dificuldade em se registrar, entre em contato com a equipe da UNGM usando o botão de ajuda no site www.ungm.org.

12. Protestos de licitante

A equidade e a transparência são princípios fundamentais para as atividades de compras da FAO. Os licitantes que acreditam que o processo de aquisição não foram justos e transparentes podem solicitar feedback do escritório que emitiu o concurso. Se uma resposta satisfatória não for recebida, o licitante poderá apresentar um protesto seguindo as instruções detalhadas no seguinte link: <http://www.fao.org/unfao/procurement/codedeconduitethique/protests/en/>

Para denunciar alegações de fraude ou falta de conduta no processo de aquisição, os licitantes podem enviar informações, também anonimamente, ao Diretor da Linha Direta do Inspetor Geral: <http://www.fao.org/aud/69204/pt/>.

Posso aproveitar esta oportunidade de expressar o meu apreço pelo seu interesse em ajudar esta Organização na implementação de suas atividades.

Com os melhores cumprimentos,

Unidade de Compras e Contratos
FAO Brasil

Licitação No. ITB 028/2017
RESUMO DE PROPOSTA

Nome do Licitante:

Instruções: Preencha os espaços em branco abaixo. Os preços devem ser cotados em **REAIS**

PARTE I: Requisitos obrigatórios

- Certifico apresentar todas as informações / documentos solicitados para os Requisitos obrigatórios estabelecidos no parágrafo 3.2 da Carta de Convite.

PARTE II: Início do Contrato:

- Eu me comprometo a iniciar a execução do contrato imediatamente após o recebimento do contrato devidamente assinado por ambas as Partes.

PARTE III: Participação da Organização no desempenho do contrato (ver Anexo II do Contrato):

- Certifico que os insumos a serem fornecidos pela Organização, conforme estabelecido no Anexo II do Contrato de amostra, são adequados e suficientes para um desempenho satisfatório do contrato;

OU

- Para um desempenho satisfatório do contrato, o seguinte deveria ser fornecido:

PARTE IV: Custos oferecidos:

- Encontre o Apêndice B anexo à Carta de Convite mostrando os custos relacionados aos serviços necessários.

PARTE V: Oferta Completa

- Certifico que minha proposta está em conformidade com o Apêndice A da Carta de Convite.
- Eu confirmo ter obtido todos os dados relevantes e informações sobre riscos, contingências e quaisquer outras circunstâncias que possam influenciar ou afetar a execução do contrato, que foram devidamente levadas em consideração na formulação desta oferta.
- Eu entendo que o contrato resultante desta Licitação será um contrato de depósito em função do valor total da Proposta enviada, cujo valor representará a responsabilidade financeira máxima da Organização.

- Eu entendo que os serviços / itens para os quais nenhum preço separado é inserido pelo Licitante não serão pagos pela Organização quando executados, pois devem ser considerados incluídos no total.

PARTE VI: Certificação de procedimentos adequados

- Certifico que a minha empresa / organização (incluindo todos os membros de um consórcio, se aplicável) e seus subcontratados não estão associados, direta ou indiretamente, com o consultor ou qualquer outra entidade que preparou os termos de referência ou outros documentos de licitação para o projeto.
- Reconheço que a minha empresa é responsável por qualquer consultor, incluindo consultores independentes, que auxilia na preparação de ofertas e confirme que minha empresa tomou todas as medidas para garantir que qualquer consultor independente contratado para auxiliar na preparação desta oferta não seja e não será envolvido na preparação de outra oferta para outro licitante para o mesmo processo de licitação.

PARTE VII: Divulgação de Conflitos de Interesse

- No meu melhor conhecimento, confirmo que nenhum dos representantes ou funcionários da minha empresa tem uma relação de trabalho atual ou anterior com a FAO, e nenhum dos representantes ou funcionários da minha empresa tem uma relação atual ou passada com um membro da equipe da FAO (membros da família, cônjuges, etc.).
- OU
- Prestei abaixo detalhes sobre os seguintes representantes ou funcionários da minha empresa que têm uma relação de trabalho atual ou anterior com a FAO e / ou que têm uma relação atual ou passada com um funcionário da FAO:

PARTE VIII: Disposições do Contrato

- Confirmo que os termos e condições do contrato anexado à carta de convite são aceitáveis, exceto para as reservas explicitamente estabelecidas nesta oferta.
-
-
-
- Certifico que a minha empresa não tem e não se envolverá em práticas corruptas, fraudulentas, colusórias, coercivas, antiéticas ou obstrutivas durante o processo de seleção e durante a negociação e execução do contrato
- Confirmo que minha empresa, incluindo quaisquer afiliadas, agentes ou subcontratados, não está sujeita a qualquer sanção ou suspensão temporária imposta por uma Organização Intergovernamental ou da ONU, incluindo qualquer organização do Grupo do Banco Mundial ou qualquer banco de desenvolvimento multilateral. por uma instituição ou órgão de uma organização de integração econômica (por exemplo, a União Européia). Se minha empresa, ou quaisquer afiliadas, agentes ou subcontratados, tiverem sido sujeitas a qualquer suspensão ou sanção temporária por

qualquer organização ou autoridade nacional nos últimos três anos, forneci mais informações abaixo:

- Certifico que a minha empresa não está associada a nenhum indivíduo ou entidade que apareça na lista 1267/1989 do Conselho de Segurança da ONU ou com qualquer pessoa física ou jurídica sujeita a quaisquer outras sanções ou medidas de execução promulgadas pelo Conselho de Segurança da ONU.

PARTE IX: Validade da Proposta:

Esta proposta é válida para aceitação em um período de DOZE (12) MESES a partir do prazo final para apresentação da proposta, informado na Carta Convite.

Nome do Licitante:

Endereço de
Correspondência:

UNGM #: _____

Fax: Tel.:

E-mail:

Pessoa(s) de Contato:

.....

Assinatura:

Data:

Nome e Cargo:

Selo da Empresa:

TERMO DE REFERÊNCIA

Projeto GCP/BRA/079/GFF

“Fortalecimento da Política Nacional de Apoio à Gestão Sustentável dos Recursos Florestais Brasileiros”

Componente 3 – Resultado 3.1.4 – Atividade 3.1.11

Contratação de empresa ou instituição para a execução de serviços técnicos de classificação de uso e cobertura da terra a partir de imagens RapidEye como parte do componente Análise de Paisagem dentro do Inventário Florestal Nacional.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
 2. JUSTIFICATIVA
 3. OBJETO
 4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
 - 4.1. OBJETIVOS
 - 4.2. ATIVIDADES
 - 4.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
 - 4.3.1. ÁREA MÍNIMA DE MAPEAMENTO
 - 4.3.2. SISTEMA DE PROJEÇÃO E DATUM
 - 4.3.3. PADRÃO DE EXATIDÃO CARTOGRÁFICA
 - 4.3.4. CLASSES DE USO E COBERTURA
 - 4.4. AVALIAÇÃO DA ACURÁCIA TEMÁTICA
 - 4.5. METADADOS
 5. ABRANGÊNCIA DOS TRABALHOS CONTRATADOS
 6. INSUMOS
 7. APOIO E RESPONSABILIDADES DURANTE A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS
 - 7.1. CONTRATADA
 - 7.2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO)
 - 7.3. SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB)
 8. RESULTADOS
 9. PRODUTOS, ATIVIDADES, CRONOGRAMA DE ENTREGA E PAGAMENTO
 - 9.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
 - 9.2. ESTRUTURA, FORMATO E CONTEÚDO DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES AO SFB
 - 9.3. CONTROLE DE QUALIDADE E CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS
 10. PROPRIEDADE INTELECTUAL
- REFERÊNCIAS
- LISTA DE ANEXOS

1. APRESENTAÇÃO

Os inventários florestais nacionais são instrumentos importantes que fornecem informações periódicas sobre a situação dos recursos florestais naturais e plantados do país, assim como mudanças nas classes de uso e cobertura, ao longo do tempo. Esses dados fornecem as bases decisórias para a definição e a implementação de políticas públicas e aprimoramento da legislação florestal e ambiental, fundamentais para o desenvolvimento, conservação e uso sustentável dos recursos florestais. Neste contexto, o Brasil, sob a liderança do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) está implementando o Inventário Florestal Nacional (IFN-BR), composto por dados biofísicos e socioeconômicos, coletados em campo de forma sistemática.

Considerou-se que existem aspectos relativos ao estudo dos recursos florestais que seriam melhores avaliados quando estudados numa escala intermediária, entre aquela da informação produzida pelos mapeamentos disponíveis e aquela produzida pelos levantamentos de campo. No âmbito do IFN-BR, esta é a escala de paisagem, entendida como um grupo heterogêneo de ecossistemas em interação, incluindo a vegetação, solos, fauna, água, agricultura, pecuária, dentre outros e respectivas classes de cobertura e uso da terra associados, compondo um mosaico em que tanto os componentes naturais predominantes como antropogênicos contribuem para a qualidade final dos recursos florestais ali existentes.

Assim, foi desenvolvida uma metodologia para a análise espacial da estrutura da paisagem no contexto do IFN-BR. Trata-se das doravante denominadas Unidades Amostrais de Paisagem (UAPs), por meio das quais é implementado o Componente Geoespacial do IFN-BR, concebidas para oferecer um ferramental que permita ao usuário a visualização de aspectos da paisagem conjugados sob a forma de indicadores e seus respectivos índices. Trata-se de uma das etapas importantes do IFN-BR, visando produzir informações com metodologia única, sendo fundamental para permitir a produção de estatísticas por fitofisionomia, por estado ou para o país como um todo.

Neste sentido, apresentamos a demanda para contratação de empresa ou instituição com comprovada capacidade técnica para execução de serviços de sensoriamento remoto, com classificação de imagens orientada a objeto, visando classificação de uso e cobertura da terra em escala de paisagem, seguindo as especificações técnicas a serem apresentadas neste TdR, bem como os métodos e procedimentos detalhados no ANEXO I (**Manual de Análise de Paisagem – Procedimentos para a execução do mapeamento de uso e cobertura da terra**) e ANEXO II (**Manual de Análise de Paisagem – Procedimentos para a execução do controle de qualidade do mapeamento de uso e cobertura da terra**) deste Edital.

2. JUSTIFICATIVA

O IFN-BR é coordenado pelo SFB e faz parte do Sistema Nacional de Informações Florestais. Diversas instituições brasileiras participam do projeto, apoiando a sua execução técnica, entre elas EMBRAPA, IBGE, universidades e órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs).

As áreas definidas como Unidades Amostrais de Paisagem (UAPs) do IFN-BR, objeto do presente TdR, são recortes de 11x11km de área delimitada no entorno dos pontos da grade nacional para coleta de dados do IFN em campo. As análises da paisagem fazem parte do sistema brasileiro de monitoramento e avaliação dos recursos florestais dentro do contexto do IFN. Nesse sentido, este termo de referência será executado com recursos do Projeto GCP/BRA/079/GFF assinado entre a FAO e o MMA, financiado pelo GEF (*Global Environmental Facility*). Tem em vista a execução de serviços técnicos relativos ao processamento e análise de dados em escala de paisagem, aplicando a metodologia desenvolvida pelo SFB em conjunto com a Embrapa Florestas (ANEXO I) para esse componente do IFN-BR.

O trabalho deverá ser realizado sob a supervisão técnica direta do SFB, com supervisão e fiscalização da FAO. A FAO será responsável pela aprovação final dos serviços e produtos entregues e pelos pagamentos correspondentes.

3. OBJETO

Contratação de empresa ou instituição para a execução de serviços técnicos relativos ao processamento e classificação de imagens RapidEye em classes de uso e cobertura da terra, seguindo a metodologia apresentada nos ANEXOS I e II deste Edital. A empresa contratada deverá realizar o trabalho em uma área de 47.795 km², distribuídas em 395 recortes de 11x11km, e que correspondem às unidades amostrais de paisagem (UAPs) no contexto do IFN.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviços técnicos relativos ao processamento e classificação orientada a objeto de imagens RapidEye para gerar classes de uso e cobertura da terra para os Biomas Pampa, Mata Atlântica e Caatinga.

4.1. Objetivos

Classificação de imagens RapidEye em classes de uso e cobertura da terra em 395 recortes de 11x11km, e que correspondem às unidades amostrais de paisagem (UAPs) no contexto do IFN, seguindo expressamente as especificações técnicas descritas no presente Termo de Referência para a execução das atividades e elaboração dos produtos, bem como os métodos e procedimentos detalhados nos ANEXOS I e II deste Edital.

4.2. Atividades

Os trabalhos a serem contratados compreendem as atividades abaixo relacionadas:

- Apresentação do Plano de Trabalho;
- Pré-processamento das imagens RapidEye;
- Recorte das imagens e elaboração do mosaico dentro do limite das UAPs;
- Segmentação do mosaico;
- Classificação orientada a objeto a partir da segmentação gerada;
- Edição manual dos erros de classificação;
- Análise da acurácia da classificação temática.

As atividades devem ser programadas de modo a atender a previsão de entrega dos produtos e ao cronograma de execução em concordância com a metodologia apresentada nos ANEXOS I e II deste Edital.

4.3. Especificações técnicas

A CONTRATADA deverá seguir expressamente as especificações técnicas descritas no presente Termo de Referência para a execução das atividades e elaboração dos produtos, bem como os métodos e procedimentos detalhados nos ANEXOS I e II deste Edital. O Plano de Trabalho a ser apresentado pela CONTRATADA deverá contemplar o conteúdo e duração de cada etapa da metodologia de acordo com o preconizado nos ANEXOS I e II deste Edital, bem como suas interligações e também as datas previstas de entrega dos produtos.

4.3.1. Área Mínima de Mapeamento

A área mínima a ser mapeada deverá corresponder a 500 m² (quinhentos metros quadrados). Esta deve ser também a área mínima adotada para a segmentação da imagem, devendo, obrigatoriamente, ser utilizada para esta atividade a árvore de processos para segmentação de imagens fornecida pelo SFB.

4.3.2. Sistema de Projeção e Datum

Os produtos referentes a cada UAP individualmente deverão ser entregues em conformidade com o Sistema de Projeção UTM e Datum Planimétrico WGS84 (conforme imagens RapidEye utilizadas como insumo) e também na Projeção Cônica Equivalente de Albers Datum SIRGAS2000 (com os parâmetros definidos pelo IBGE: Longitude origem: -54°; Latitude origem: -12°; Paralelo padrão 1: -2°; Paralelo padrão 2: -22°).

4.3.3. Padrão de Exatidão Cartográfica

Os produtos finais deverão ser compatíveis com o Padrão de Exatidão Cartográfica – PEC Classe A, e a escala final dos produtos deverá ser 1:50.000.

4.3.4. Classes de uso e cobertura

Para a atividade de mapeamento do uso e cobertura da terra deverão ser utilizadas as diretrizes apresentadas no ANEXO I deste edital, contendo as classes da legenda definida pela CONTRATANTE na **Error! Reference source not found.** Adicionalmente, é apresentada no ANEXO III a harmonização da legenda adotada pelo IFN-BR “Componente Paisagem” com a legenda oficial do sistema fitogeográfico brasileiro (IBGE, 2012), IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) e FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*).

Tabela 1. Descrição e codificação das classes de uso e cobertura da terra a serem adotadas na classificação das UAPs.

Classe	Código	Descrição
Floresta Natural	F 01	Áreas estendendo-se a mais de 0,5 ha, com presença de árvores com mais de 5 m de altura e com cobertura de copa maior do que 10%, ou com árvores capazes de atingir tais limiares <i>in situ</i> .
Outras Terras com Vegetação Lenhosa	VL 02	Áreas estendendo-se a mais de 0,5 ha, com presença de árvores com mais de 5 m de altura e com cobertura de copa entre 5 e 10%, ou árvores capazes de atingir tais limiares <i>in situ</i> ; ou áreas compostas por uma combinação de indivíduos arbóreos e arbustivos com mais de 10% de cobertura do dossel.
Árvores Fora da Floresta	TOF 03	Áreas inferiores a 0,5 ha e superiores a 0,05 ha, com presença de árvores isoladas, ou agrupadas, em locais não classificados como Floresta Natural ou Outras Terras com Vegetação Lenhosa.
Gramíneas e Herbáceas	C 04	Áreas ocupadas por um estrato predominantemente herbáceo, com eventual ocorrência de elementos arbóreos e/ou arbustivos, desde que esparsamente distribuídos, sobre um tapete gramíneo-lenhoso.
Floresta Plantada	R 05	Áreas ocupadas por plantios florestais com espécies nativas ou exóticas, puros ou consorciados, bem como áreas temporariamente sem estoque devido ao corte raso como parte da prática de manejo florestal.

Classe	Código	Descrição
Solo Exposto	S 06	Áreas sem vegetação, podendo estar ocupadas por praias fluviais, bancos de areia, atividades de mineração, exploração de jazidas, lavras, extração de areia, bem como afloramentos rochosos.
Agricultura e Pastagem	A 07	Áreas ocupadas por culturas temporárias, cíclicas, lavouras semipermanentes, plantios lenhosos perenes (pomares), bem como áreas de solo preparado para o plantio ou cuja colheita foi realizada recentemente.
Influência Urbana	U 08	Áreas contempladas por tipos de uso da terra de natureza antrópica intensiva, estruturadas por edificações e sistema viário, incluindo metrópoles, cidades, vilas, áreas de rodovias, serviços e transportes, energia, comunicações e terrenos associados, bem como edificações presentes no meio rural.
Superfície com Água	H 09	Áreas superiores a 1 ha compostas por rios de margem dupla, lagos, lagoas, barragens, represas, canais naturais ou artificiais e tanques d'água.
Área não observada	NO 00	Área de desinformação, cuja classe de uso e cobertura não foi possível de ser identificada devido à presença de nuvens ou sombra de nuvens.

4.4. Avaliação da acurácia temática

A empresa CONTRATADA deverá apresentar um relatório de avaliação da acurácia temática, conforme as diretrizes apresentadas no ANEXO II, seguindo o modelo de relatório apresentado no ANEXO IV deste edital. Serão avaliados três coeficientes: a) exatidão ou acurácia global; b) acuracidade do produtor e; c) acuracidade do usuário. Serão aprovados os produtos onde a avaliação de acurácia temática apresentar: i) valores de exatidão ou acurácia global acima de 80%; ii) valores de acuracidade do produtor e usuário iguais ou superiores a 60% para as classes “Floresta Natural”, “Floresta Plantada”, “Outras Terras com Vegetação Lenhosa” e “Árvores fora da Floresta”, salvo nos casos em que a classe em questão tenha ocorrência igual ou inferior a 5% da área total da UAP e; iii) valores de acuracidade do produtor e usuário iguais ou superiores a 50% para a classe “Gramíneas e Herbáceas”, salvo nos casos em que essa classe tenha ocorrência igual ou inferior a 5% da área total da UAP.

A avaliação da acuracidade temática deverá ser realizada por meio de um grid de 484 pontos distribuídos sistematicamente a cada 500 metros, estabelecidos de acordo com os limites de 11x11 km da UAP. O detalhamento da metodologia a ser empregada na avaliação da acurácia temática pode ser encontrado no ANEXO II (**Manual de Análise de Paisagem – procedimentos para a execução do controle de qualidade do mapeamento de uso e cobertura da terra**) deste edital.

4.5. Metadados

É indispensável o preenchimento dos campos obrigatórios dos metadados conforme o Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil (Perfil MGB), definido pelo Comitê de Estruturação de Metadados

Geoespaciais (CEMG) da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) (CEMG-CONCAR, 2011), devendo conter como estrutura mínima:

- Título
- Data
- Responsável
- Idioma
- Categoria temática
- Resumo
- *tiles* RapidEye utilizados no mosaico bem como a respectiva árvore de processos utilizada (código de identificação)
- Formato de distribuição
- Sistema de referência
- Responsável pelos metadados
- Data dos metadados
- Status
- Linhagem (código da UAP, MI da(s) folha(s), Número da(s) cena(s), Data(s) da(s) cena(s)).

A descrição detalhada de cada item dos metadados pode ser encontrada no Quadro 2.2.1 (pag. 20) do Perfil MGB (CEMG-CONCAR, 2011).

5. ABRANGÊNCIA DOS TRABALHOS CONTRATADOS

A Figura 1 mostra a distribuição espacial e a abrangência da área definida para o Contrato desta licitação. O objeto desse mapeamento compreende uma área efetiva de 47.795 km², referente às 395 UAPs selecionadas (Figura 1).

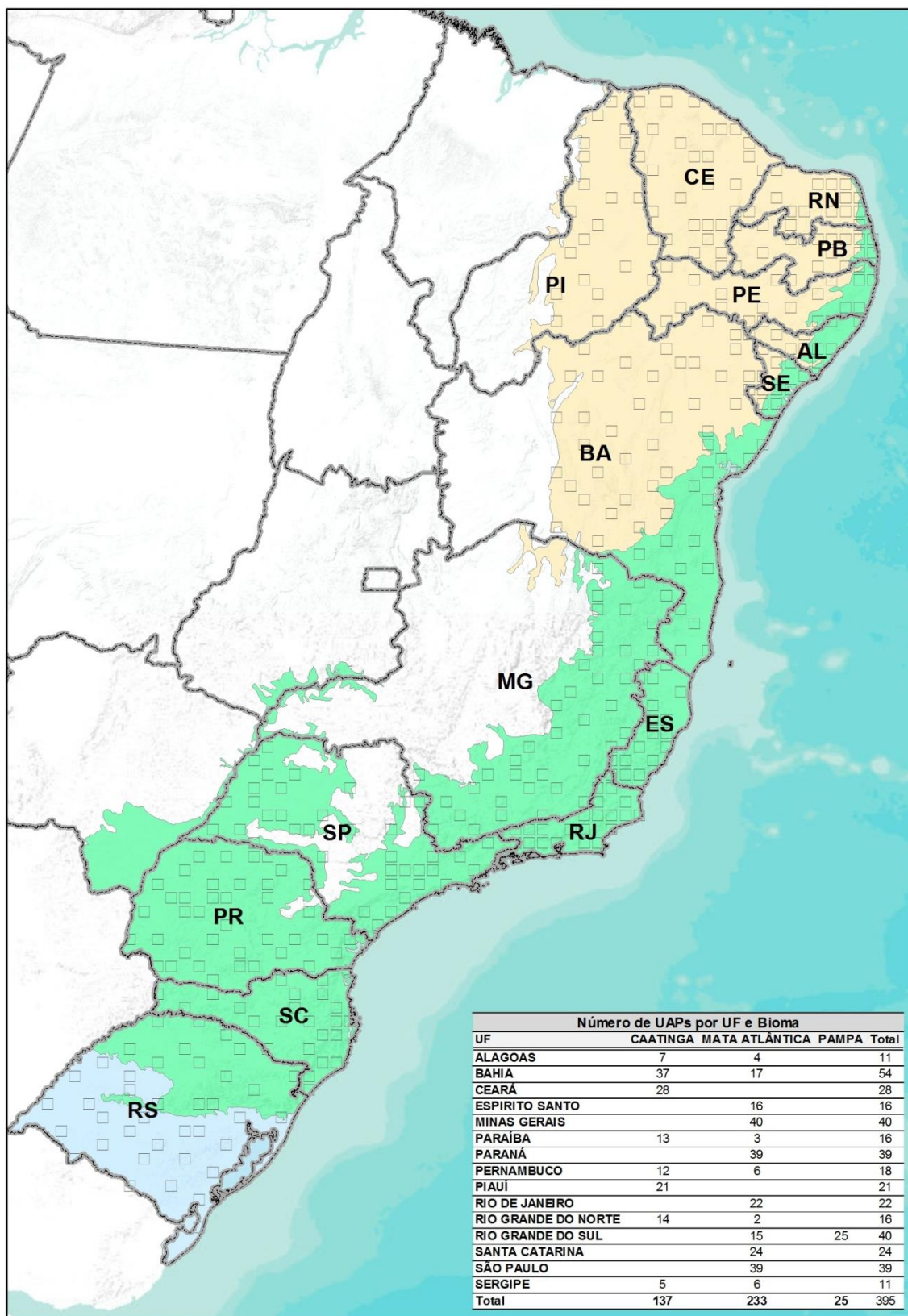


Figura 1. Distribuição das Unidades Amostrais de Paisagem objeto deste Termo de Referência.

6. INSUMOS

Para a geração dos dados de uso e cobertura da terra, a CONTRATANTE disponibilizará os seguintes insumos:

- Conjunto de cenas do satélite RapidEye¹, compostas por cinco bandas (RGB, infravermelho próximo e *Red Edge*), com resolução espacial de 5 metros e resolução radiométrica de 11 *bits*, nível de processamento 3A, sistema de projeção UTM, Datum WGS84, correspondentes a todas as áreas objeto do presente contrato;
- Base cartográfica vetorial no formato *shapefile*, no sistema de projeção UTM, Datum WGS84, correspondente à área de mapeamento definida pelos limites de 11x11km de cada UAP objeto do presente contrato;
- Manual de Análise de Paisagem - procedimentos para a **execução do mapeamento de uso e cobertura da terra** (ANEXO I); documento contendo as diretrizes detalhadas a serem adotadas pela CONTRATADA para os processos de mapeamento do uso e cobertura da terra;
- Manual de Paisagem - procedimentos para a **execução do controle de qualidade do mapeamento** do uso e cobertura da terra (ANEXO II); documento contendo as diretrizes detalhadas a serem adotadas pela CONTRATADA para o processo do cálculo da acuracidade dos mapas de uso e cobertura da terra;

A CONTRATADA deve utilizar fontes oficiais de dados (por exemplo, IBGE e ANA) necessários ao desenvolvimento do trabalho, tais como malha hidrográfica, malha municipal, malha viária, mapas de vegetação, dentre outros.

7. APOIO E RESPONSABILIDADES DURANTE A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Poderão habilitar-se à realização do presente trabalho empresas especializadas em Sensoriamento Remoto para geração de dados de uso e cobertura da terra, conforme descritos neste Termo de Referência.

É permitida a associação de empresas. Na hipótese de uma empresa não possuir toda a qualificação técnica para executar as atividades, poderá associar-se com consultor(es) individual(is) ou outras empresas, em consórcio, conforme adequado.

¹ A CONTRATADA deverá assinar Termo de Compromisso específico, concordando com as restrições de uso, distribuição, reprodução, cessão e divulgação das imagens RapidEye, conforme disposto no Acordo de Licença do Usuário Final (EULA).

7.1. Contratada

A CONTRATADA deverá:

- Prestar os serviços, seguindo as diretrizes indicadas no presente TDR e respectivo contrato de prestação de serviços;
- Entregar formalmente os produtos concluídos, objeto dos trabalhos técnicos realizados, à equipe indicada pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma previsto na Tabela 3;
- Indenizar o SFB nos casos de acesso e uso indevido de informações sigilosas ou de uso restrito, quando tais atos forem praticados por quem tenha sido alocado à execução do objeto do contrato, desde que devidamente identificado. Preserva-se o direito de ampla defesa nestes casos;
- Responsabilizar-se integralmente pela prestação do serviço contratado, nos termos da legislação vigente, de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, zelando pela conduta pessoal de seus contratados;
- A contratada deverá designar um Coordenador Geral por parte da empresa, que deverá participar das reuniões de planejamento solicitadas pelo SFB, bem como estar disponível para esclarecimento de quaisquer questionamentos sobre os trabalhos. Deve também apresentar na proposta o termo de aceite, assinado por um profissional com firma reconhecida, com experiência comprovada de 05 anos em Sensoriamento Remoto, o qual será o responsável por parte da empresa para aplicação da metodologia proposta pelo SFB e pela realização da auditoria dos produtos antes das entregas. A comprovação de experiência na classificação de imagens orientada a objetos será um diferencial. Formas de comprovação aceitas: ART, cópia autenticada de contrato profissional (consultorias e outros), publicação científica em periódicos com qualificação (qualis CAPES) entre B2 e A1.
- Apresentar, caso haja necessidade de substituição do responsável técnico, *curriculum vitae* à CONTRATANTE, para aprovação, na forma estatuída pelo ato convocatório que gerou o contrato;
- Avocar os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra a FAO e o SFB, procedentes da prestação dos serviços do objeto deste termo de referência;
- Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados/prestador de serviço e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham porventura ocasionar à FAO e ao SFB, ou a terceiros, durante a execução dos serviços, podendo a FAO descontar o valor correspondente ao dano dos pagamentos devidos. Preserva-se neste caso o direito a ampla defesa;
- Manter, durante a vigência contratual, todas as condições que ensejaram a sua contratação;

- Não poderá ceder, transferir, delegar ou sub-rogar a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas com o SFB e FAO;
- Gerenciar e manter, com recursos e meios próprios, as pessoas prestadoras de serviços, conforme plano de trabalho apresentado e responsabilizar-se integralmente pelas obrigações trabalhistas, nos termos da legislação vigente;
- Substituir, tão logo seja notificada, e sem ônus, o profissional afastado por qualquer que seja o motivo, incluindo conduta inconveniente;
- Apresentar, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, cópia de toda a documentação necessária para a comprovação do cumprimento de exigências constantes da contratação, quando solicitado;
- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela FAO e pelo SFB quanto à execução dos serviços contratados, dentro dos prazos estabelecidos em contrato para tal;
- Acatar o impedimento sobre não se valer do contrato a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do SFB;
- Garantir sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem prestados ao SFB, todos insumos entregues pelos SFB deverão ser deletados permanentemente, principalmente as imagens de satélite, cuja licença permite a produção de produtos derivados à contratante, mas impede qualquer outro uso pela contratada;
- Fiscalizar o cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente;
- Tomar todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

7.2. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

A FAO deverá:

- Promover a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e exigindo as medidas corretivas necessárias, bem como acompanhar o desenvolvimento do contrato, conferir os serviços executados e atestar os documentos fiscais pertinentes quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços. Podendo ainda, após consulta com o SFB, sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais;

- Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias, após a aceitação dos serviços faturados;
- Informar formalmente ao SFB o resultado da análise técnica de cada produto realizada pela Organização para que o pagamento de cada produto seja solicitado pelo SFB;
- Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de qualificação jurídico-fiscais exigidas no processo de contratação;

7.3. Serviço Florestal Brasileiro (SFB)

O SFB deverá:

- Enviar para a CONTRATADA as imagens que serão utilizadas para a geração dos produtos;
- Disponibilizar um técnico especialista exclusivamente para esclarecer as dúvidas sobre o serviço a ser executado e para acompanhar os trabalhos;
- Encaminhar à CONTRATADA as solicitações de correção dos serviços, se for o caso, com as inconsistências a serem corrigidas, devendo a CONTRATADA sanar as pendências apontadas antes da apresentação do último produto;
- Acompanhar, em estreita colaboração com a unidade técnica da FAO, os aspectos técnicos do contrato, quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo as medidas corretivas necessárias, bem como conferir os serviços executados e atestar os produtos pertinentes quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços. O SFB, após consulta com a FAO, pode ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento técnico que não esteja de acordo com os termos contratuais;
- Comunicar imediatamente à CONTRATADA e à FAO as possíveis irregularidades detectadas na execução dos serviços;
- Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações técnicas assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de qualificação técnica exigidas no processo de contratação.

8. RESULTADOS

São esperados os resultados descritos na Tabela 2.

Tabela 2. Resultados esperados em relação ao processamento e classificação das imagens RapidEye no contexto do IFN-BR.

Tema	Descrição do resultado esperado
Processamento e classificação das imagens RapidEye para geração de mapas de uso e cobertura da terra no contexto do IFN-BR	<ul style="list-style-type: none"> • Mosaico de imagens RapidEye no recorte das áreas de abrangência de cada UAP, sistema de projeção UTM, Datum WGS84; • Resultados da classificação de uso e cobertura da terra nos formatos: i) banco de dados POSTGRES/POSTGIS; ii) vetorial (<i>shapefile</i>); e, iii) raster (<i>geotiff</i>), de acordo com as classes, projeção e datum especificados no presente edital, após as necessárias correções de classificação por meio de interpretação visual, seguindo as diretrizes fornecidas pela CONTRATANTE apresentadas no ANEXO I deste edital; • Avaliação da acuracidade temática da classificação realizada segundo critérios e indicadores estabelecidos nas diretrizes fornecidas pela CONTRATANTE no ANEXO II deste edital.

9. PRODUTOS, ATIVIDADES, CRONOGRAMA DE ENTREGA E PAGAMENTO

O prazo de execução das atividades previstas neste Termo de Referência é de **até 3 (três) meses**. O produto deverá estar assinado pelo representante legal da CONTRATADA, juntamente com o coordenador. A FAO efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a aprovação do produto pelo SFB. Serão executadas um total de 395 áreas de interesse (UAP), sendo 25 no Bioma Pampa, 233 no Bioma Mata Atlântica e 137 no Bioma Caatinga.

Tabela 3. Produtos, atividades, prazos e pagamentos.

N°	Produto	Descrição	Prazo	Pagamento
01	Plano de trabalho	<p>O plano de trabalho deverá conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução; breve descrição das equipes; logística para a capacitação; planejamento do trabalho, incluindo logística para os trabalhos das equipes, cronograma físico e financeiro; cronograma de atividades; riscos e dificuldades. Este material deverá estar assinado por representante legal da CONTRATADA, juntamente com o Coordenador dos trabalhos por parte da CONTRATADA, e ser enviado ao SFB; • Estratégia de ação para aplicação da metodologia de execução do trabalho de forma a evidenciar que a CONTRATADA está plenamente habilitada a conduzir os trabalhos. Na metodologia deve constar o conteúdo e duração das fases, de acordo com o preconizado nos ANEXOS I e II ("Manual de Análise de Paisagem - procedimentos para a execução do 	Até 10 dias após assinatura do contrato	Não remunerado

N°	Produto	Descrição	Prazo	Pagamento
		<p>mapeamento de uso e cobertura da terra” e (“Manual de Análise de Paisagem - procedimentos para a execução do controle de qualidade do mapeamento de uso e cobertura da terra”) deste edital, bem como suas interligações e também as datas previstas de entrega dos relatórios e/ou produtos.</p>		
02	<p>Dados resultantes dos processamentos e da classificação de uso e cobertura da terra em 2 UAPs pré-selecionadas do Pampa, 10 UAPs pré-selecionadas da Mata Atlântica e 8 UAPs pré-selecionadas da Caatinga.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mosaico de imagens RapidEye no recorte das áreas de abrangência de cada UAP, sistema de projeção UTM, Datum WGS84; • Arquivos <i>backup</i> do esquema no banco de dados Postgres, conforme modelo fornecido pela contratante, gerados a partir do <i>software</i> PG Admin, nos seguintes formatos: (.tar), (.sql), (.backup). O banco de dados será modelado pela CONTRATANTE e entregue para a CONTRATADA inserir os dados, preenchendo todos os campos existentes nas tabelas do modelo entregue. O modelo de banco de dados relacional irá conter tabelas espaciais (com geometria do tipo MULTIPOLYGON) e tabelas não espaciais; • Arquivos em formato “.dcp”, oriundo do <i>software</i> eCognition, contendo as árvores de processo empregadas nos procedimentos de segmentação e classificação. O código de identificação de cada árvore deve ser informado nos metadados relativos a cada UAP; • Arquivos nos formatos raster (.geotiff) e vetorial (.<i>shapefile</i>) correspondentes à classificação de uso e cobertura da terra, com codificação das classes conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE, gerados a partir das diretrizes definidas no ANEXO I deste edital; no sistema de projeção UTM, Datum WGS84 e também no sistema de Projeção Cônica Equivalente de Albers Datum SIRGAS2000 (com os parâmetros definidos pelo IBGE: Longitude origem: -54°; Latitude origem: -12°; Paralelo padrão 1: -2°; Paralelo padrão 2: -22°); • Arquivo vetorial (.<i>shapefile</i>) no sistema de projeção UTM, Datum WGS84 contendo o <i>grid</i> de pontos classificados e utilizado para a avaliação da acuracidade de cada UAP, executado de acordo com as diretrizes apresentadas no ANEXO II deste edital; • Relatório de resultados para cada UAP, contendo a avaliação da acuracidade temática, conforme modelo apresentado no ANEXO IV deste edital. • Arquivos em formato de planilha eletrônica (.xlsx) correspondentes às tabelas 1 a 6 do modelo de 	<p>Até 20 dias após a assinatura do contrato</p>	<p>10% do valor total do contrato após aprovação do Produto 2</p>

N°	Produto	Descrição	Prazo	Pagamento
03	<p>Dados resultantes dos processamentos e da classificação de uso e cobertura da terra de 98 UAPs, sendo 23 UAPs do Pampa e 76 UAPs pré-selecionadas da Mata Atlântica (14 do Rio Grande do Sul, 23 Santa Catarina e 38 do Paraná)</p>	<p>Relatório mostrado no ANEXO IV, para cada UAP.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mosaico de imagens RapidEye no recorte das áreas de abrangência de cada UAP, sistema de projeção UTM, Datum WGS84; • Arquivos backup do esquema no banco de dados Postgres, conforme modelo fornecido pela contratante, gerados a partir do software PG Admin, nos seguintes formatos: (.tar), (.sql), (.backup). O banco de dados será modelado pela CONTRATANTE e entregue para a CONTRATADA inserir os dados, preenchendo todos os campos existentes nas tabelas do modelo entregue. O modelo de banco de dados relacional irá conter tabelas espaciais (com geometria do tipo MULTIPOLYGON) e tabelas não espaciais. • Arquivos em formato “.dcp”, oriundo do <i>software</i> eCognition, contendo as árvores de processo empregadas nos procedimentos de segmentação e classificação. O código de identificação de cada árvore deve ser informado nos metadados relativos a cada UAP; • Arquivos nos formatos raster (.geotiff) e vetorial (.shapefile) correspondentes à classificação de uso e cobertura da terra, com codificação das classes conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE, gerados a partir das diretrizes definidas no ANEXO I deste edital; no sistema de projeção UTM, Datum WGS84 e também no sistema de Projeção Cônica Equivalente de Albers Datum SIRGAS2000 (com os parâmetros definidos pelo IBGE: Longitude origem: -54°; Latitude origem: -12°; Paralelo padrão 1: -2°; Paralelo padrão 2: -22°); • Arquivo vetorial (.shapefile) no sistema de projeção UTM, Datum WGS84 contendo o <i>grid</i> de pontos classificados e utilizado para a avaliação da acuracidade de cada UAP, executado de acordo com as diretrizes apresentadas no ANEXO II deste edital; • Relatório de resultados para cada UAP, contendo a avaliação da acuracidade temática, conforme modelo apresentado no ANEXO IV deste edital. • Arquivos em formato de planilha eletrônica (.xlsx) correspondentes às tabelas 1 a 6 do modelo de Relatório mostrado no ANEXO IV, para cada UAP. 	<p>Até 55 dias após a assinatura do contrato.</p>	<p>20% do valor total do contrato após aprovação do Produto 3</p>
04	<p>Dados resultantes dos processamentos e da classificação de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mosaico de imagens RapidEye no recorte das áreas de abrangência de cada UAP, sistema de projeção UTM, Datum WGS84; • Arquivos backup do esquema no banco de dados Postgres, conforme modelo fornecido pela 	<p>Até 90 dias após a assinatura do</p>	<p>30% do valor total do contrato após</p>

N°	Produto	Descrição	Prazo	Pagamento
	<p>uso e cobertura da terra em 147 UAPs pré selecionadas de Mata Atlântica (39 de São Paulo, 39 de Minas Gerais, 21 do Rio de Janeiro, 15 do Espírito Santo, 16 da Bahia, 5 de Sergipe, 4 de Alagoas, 5 de Pernambuco, 3 da Paraíba, 1 do Rio Grande do Norte</p>	<p>contratante, gerados a partir do software PG Admin, nos seguintes formatos: (.tar), (.sql), (.backup). O banco de dados será modelado pela CONTRATANTE e entregue para a CONTRATADA inserir os dados, preenchendo todos os campos existentes nas tabelas do modelo entregue. O modelo de banco de dados relacional irá conter tabelas espaciais (com geometria do tipo MULTIPOLYGON) e tabelas não espaciais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Arquivos em formato “.dcp”, oriundo do <i>software</i> eCognition, contendo as árvores de processo empregadas nos procedimentos de segmentação e classificação. O código de identificação de cada árvore deve ser informado nos metadados relativos a cada UAP; • Arquivos nos formatos raster (.geotiff) e vetorial (.shapefile) correspondentes à classificação de uso e cobertura da terra, com codificação das classes conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE, gerados a partir das diretrizes definidas no ANEXO I deste edital; no sistema de projeção UTM, Datum WGS84 e também no sistema de Projeção Cônica Equivalente de Albers Datum SIRGAS2000 (com os parâmetros definidos pelo IBGE: Longitude origem: -54°; Latitude origem: -12°; Paralelo padrão 1: -2°; Paralelo padrão 2: -22°); • Arquivo vetorial (.shapefile) no sistema de projeção UTM, Datum WGS84 contendo o <i>grid</i> de pontos classificados e utilizado para a avaliação da acuracidade de cada UAP, executado de acordo com as diretrizes apresentadas no ANEXO II deste edital; • Relatório de resultados para cada UAP, contendo a avaliação da acuracidade temática, conforme modelo apresentado no ANEXO IV deste edital. • Arquivos em formato de planilha eletrônica (.xlsx) correspondentes às tabelas 1 a 6 do modelo de Relatório mostrado no ANEXO IV, para cada UAP. 	contrato	aprovação do Produto 4
05	<p>Dados resultantes dos processamentos e da classificação de uso e cobertura da terra em 129 UAPs de Caatinga (20 do Piauí, 27 do Ceará, 13 do Rio Grande do</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mosaico de imagens RapidEye no recorte das áreas de abrangência de cada UAP, sistema de projeção UTM, Datum WGS84; • Arquivos backup do esquema no banco de dados Postgres, conforme modelo fornecido pela contratante, gerados a partir do software PG Admin, nos seguintes formatos: (.tar), (.sql), (.backup). O banco de dados será modelado pela CONTRATANTE e entregue para a CONTRATADA inserir os dados, preenchendo todos os campos existentes nas tabelas do modelo entregue. O modelo de banco de dados relacional irá conter tabelas espaciais (com 	Até 110 dias após a assinatura do contrato	40% do valor total do contrato após aprovação do Produto 5

N°	Produto	Descrição	Prazo	Pagamento
	Norte, 12 de Paraíba, 11 de Pernambuco, 36 da Bahia, 4 de Sergipe e 6 de Alagoas)	<p>geometria do tipo MULTIPOLYGON) e tabelas não espaciais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Arquivos em formato “.dcp”, oriundo do <i>software</i> eCognition, contendo as árvores de processo empregadas nos procedimentos de segmentação e classificação. O código de identificação de cada árvore deve ser informado nos metadados relativos a cada UAP; • Arquivos nos formatos raster (.geotiff) e vetorial (.shapefile) correspondentes à classificação de uso e cobertura da terra, com codificação das classes conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE, gerados a partir das diretrizes definidas no ANEXO I deste edital; no sistema de projeção UTM, Datum WGS84 e também no sistema de Projeção Cônica Equivalente de Albers Datum SIRGAS2000 (com os parâmetros definidos pelo IBGE: Longitude origem: -54°; Latitude origem: -12°; Paralelo padrão 1: -2°; Paralelo padrão 2: -22°); • Arquivo vetorial (.shapefile) no sistema de projeção UTM, Datum WGS84 contendo o <i>grid</i> de pontos classificados e utilizado para a avaliação da acuracidade de cada UAP, executado de acordo com as diretrizes apresentadas no ANEXO II deste edital; • Relatório de resultados para cada UAP, contendo a avaliação da acuracidade temática, conforme modelo apresentado no ANEXO IV deste edital. • Arquivos em formato de planilha eletrônica (.xlsx) correspondentes às tabelas 1 a 6 do modelo de Relatório mostrado no ANEXO IV, para cada UAP. 		

9.1. Regularidade Fiscal e Trabalhista (Apresentação obrigatória)

- Lista com os nomes dos profissionais envolvidos na execução do contrato;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos profissionais envolvidos na execução do contrato;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Declaração de inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos;
- Prova de regularidade para a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei. Para prova da regularidade para com a Fazenda

Federal é necessária a apresentação da Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e da Certidão Negativa da Dívida Ativa da União.

9.2. Estrutura, formato e conteúdo dos produtos a serem entregues ao SFB

A CONTRATADA deverá inserir os dados referentes à entrega de cada produto por meio do Sistema Gerenciador de Banco de Dados Postgres com extensão espacial Postgis, conforme Modelo Entidade Relacional fornecido pelo SFB com dicionário de dados contendo as tabelas, campos, relacionamentos, chaves, restrições de integridade, restrições de integridade dos dados espaciais, código SRID dos dados espaciais, entre outras especificações definidas.

Além dos dados inseridos no banco, deverão ser entregues relatórios no formato fornecido pelo SFB com estatísticas básicas e mapas dos polígonos classificados entregues em cada produto.

9.3. Controle de qualidade e condições de aceitação dos produtos

Para cada produto entregue pela contratada será realizada avaliação da qualidade da classificação temática tomando por base os limites estabelecidos neste TDR bem como no ANEXO II deste edital.

O SFB, a coordenação do projeto e a FAO terão 30 dias para analisar os produtos entregues. Caso algum produto não tenha a aprovação do SFB, coordenação do projeto ou da FAO a contratada terá até 15 dias para revisá-lo e reapresentá-lo para nova avaliação.

Para a aprovação dos produtos, após análise técnica, será emitido parecer conclusivo de aceitação. Este parecer será condicionante para a realização do pagamento.

Tendo em vista que o pagamento estará vinculado à entrega dos produtos, a instituição contratada deverá enviar, juntamente com os produtos aprovados, as notas fiscais referentes aos mesmos.

10. PROPRIEDADE INTELECTUAL

Todos os produtos desenvolvidos pela CONTRATADA, decorrentes dos serviços objeto deste Termo de Referência, serão de propriedade do SFB, FAO e do *Global Environmental Facility* (GEF), incluindo arquivos em meio magnético e ou ótico, bancos de dados, sistemas de informação geográfica, fotografias, filmagens, documentação e outros produtos gerados no contexto dos serviços e deve ser mantido o sigilo sobre eles.

Não será permitida a cessão, citação ou qualquer referência pública a nenhum dos trabalhos realizados sem a autorização expressa dos proprietários.

REFERÊNCIAS

- CEMG-CONCAR, 2011. Perfil de Metadados Geospaciais do Brasil, Perfil MGB. Comitê de Estruturação de Metadados Geospaciais (CEMG) da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR). Disponível em: http://www.concar.ibge.gov.br/arquivo/111@Perfil_MGB_homologado_nov2009_v1.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2016.
- FAO. (2008). National Forest Monitoring and Assessment: Manual for integrated field data collection. NFMA Working Paper. Roma: FAO. 206 p.
- IBGE. (2012). Manual técnico da vegetação brasileira. Manuais técnicos em geociências (n. 1). Rio de Janeiro: IBGE. 271 p.
- IBGE. (2013). Manual técnico de uso da terra. Manuais técnicos em geociências (n. 7). Rio de Janeiro: IBGE. 171 p.
- LANDIS, J. R; KOCH, G. G. The measurement of observer agreement for categorical data. Biometrics, v.33, n.1,p. 159-174, 1977.
- LEITE, P. (2009). Estudo comparativo entre a classificação da vegetação brasileira adotada pelo IBGE e a classificação de uso e cobertura da terra publicada pela fao no manual de monitoramento e avaliação (2008). Trabalho realizado para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO. (não publicado).

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I. Manual de Análise de Paisagem – procedimentos para a execução do mapeamento de uso e cobertura da terra.

ANEXO II. Manual de Análise de Paisagem – procedimentos para a execução do controle de qualidade do mapeamento de uso e cobertura da terra.

ANEXO III. Harmonização da legenda adotada pelo IFN-BR “Componente Paisagem” com as legendas do sistema fitogeográfico oficial brasileiro (IBGE, 2012), IPCC e FAO.

ANEXO IV. Modelo de relatório com os “Resultados do Mapeamento de Uso e Cobertura da terra de cada Unidade Amostral de Paisagem (UAP) e respectiva avaliação de Acuracidade Temática”

Appendix 'B' ao ITB – Formulário de Oferta

(Este formulário deve ser enviado utilizando o papel timbrado do licitante²)

À

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

Ref. **ITB 041/2017**

Eixo Monumental, Via S-1

Campus do INMET – Setor Sudoeste

CEP: 70680-900 Brasília, DF, Brasil

[insert date]

Prezados Senhores,

Nós, abaixo assinados, aceitamos integralmente os Termos e Condições Gerais da FAO e oferecemos-lhe o fornecimento dos serviços abaixo listados de acordo com as especificações e requisitos constantes da **ITB 041/2017**.

TABELA 1: Oferta para Fornecimento de Serviços em conformidade com os Requerimentos indicados no TdR

Item No.	Descrição / Especificação	Quantidade	Preço Unitário	Preço total
1	Realizar os serviços técnicos de classificação de uso e cobertura da terra a partir de imagens RapidEye como parte do componente Análise de Paisagem dentro do Inventário Florestal Nacional	01	R\$	R\$
2	Outras despesas – Favor especificar.		R\$	R\$
Preço total ofertado →				R\$

Validade de Proposta: 12 meses

Todas as outras informações que não fornecemos implicam, automaticamente, no nosso pleno cumprimento dos requisitos, termos e condições.

Nome da Empresa

Nome e Assinatura do Representante

Telefone e e-mail

Carimbo do CNPJ

² O papel timbrado oficial deve indicar detalhes de contato - endereços, e-mails, telefones - para fins de verificação.

A FAO solicita que você envie com sua oferta financeira o formato de quebra abaixo. Insira quantas linhas você precisa. As principais atividades devem corresponder às principais atividades descritas no plano de trabalho. Por favor, note que o abaixo é uma detalhada repartição dos custos totais para o projeto. [POR FAVOR, ESTEJA O FORMULÁRIO APLICÁVEL]

ESTE É UM EXEMPLO DE FORMULÁRIO

DESPESAS	Unidade	Quantidade	Custo Unitário	Total
Activity A: Specify the main activity - this should correspond to the main title of the work plan activity				
Personal				
Activities (please create a sub-line for the different components: flights, accommodation, allowance, others)				
Others (to specify)				
Subtotal A				
Activity B				
Personal				
Activities (please create a sub-line for the different components: flights, accommodation, allowance, others)				
Others (to specify)				
Subtotal B				
Activity C:				
Personal				
Activities (please create a sub-line for the different components: flights, accommodation, allowance, others)				
Others (to specify)				
Subtotal C				
D: Other expenses (include here all costs that are not related to any specified activity. Please specify the nature of these costs				
Others (to specify)				
Others (to specify)				
Subtotal D				
TOTAL A + B + C + D				

* Entende-se que este montante inclui todos os custos incorridos para a conclusão de todas as atividades envolvidas no desempenho deste contrato.

Tender ITB No. [...]

Draft of FAO's Contract

CONTRACT No. (...)

FOR THE PROVISION OF

(...)

BETWEEN

THE FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS

&

.....

(Name of Contractor)

Contract No.

Table of Contents

PREAMBLE 1

SECTION I: SPECIAL PROVISIONS

ARTICLE 1 – SERVICES TO BE EXECUTED BY THE CONTRACTOR

ARTICLE 2 – PERSONNEL SERVICES TO BE PROVIDED BY THE CONTRACTOR

ARTICLE 3 – COSTS OF DELIVERABLES AND REPORTS AND/OR DOCUMENTS

ARTICLE 4 – SCHEDULE OF CONTRACT PERFORMANCE

ARTICLE 5 – PARTICIPATION BY FAO

ARTICLE 6 – SCHEDULE AND METHOD OF PAYMENT

ARTICLE 7 – LIQUIDATED DAMAGES

ARTICLE 8 – CONTRACTOR’S RESPONSIBILITY FOR EMPLOYEES

ARTICLE 9 – DESIGNATION OF THE PARTIES’ CONTRACT MANAGERS

ARTICLE 10 – PUBLICATION OF CONTRACT AWARDS

ARTICLE 11 – CONTRACT DOCUMENTS

SECTION II: STANDARD PROVISIONS

ARTICLE 1 – LEGAL STATUS OF THE PARTIES:

ARTICLE 2 – RESPONSIBILITY FOR EMPLOYEES

ARTICLE 3 – ASSIGNMENT

ARTICLE 4 – SUBCONTRACTING

ARTICLE 5 – EXAMINATION AND ACCEPTANCE

ARTICLE 6 – DELAYS AND DEFAULTS

ARTICLE 7 – TITLE

ARTICLE 8 – EXPORT LICENSING

ARTICLE 9 – INDEMNIFICATION

ARTICLE 10 – INSURANCE AND LIABILITY

ARTICLE 11 – ENCUMBRANCES AND LIENS

Contract No.

ARTICLE 12 – EQUIPMENT FURNISHED BY FAO TO THE CONTRACTOR

ARTICLE 13 – COPYRIGHT, PATENTS AND OTHER PROPRIETARY RIGHTS

ARTICLE 14 – PUBLICITY, AND USE OF THE NAME, EMBLEM OR OFFICIAL SEAL OF FAO

ARTICLE 16 – FORCE MAJEURE; OTHER CHANGES IN CONDITIONS

ARTICLE 17 – TERMINATION

ARTICLE 18 – NON-WAIVER OF RIGHTS

ARTICLE 19 – NON-EXCLUSIVITY

ARTICLE 20 – SETTLEMENT OF DISPUTES, CONCILIATION AND ARBITRATION

ARTICLE 21 – PRIVILEGES AND IMMUNITIES AND APPLICABLE LAW

ARTICLE 22 – TAX EXEMPTION

ARTICLE 23 – MODIFICATIONS

ARTICLE 24 – AUDITS AND INVESTIGATIONS

ARTICLE 25 – LIMITATION ON ACTIONS

ARTICLE 26 – ESSENTIAL TERMS

ARTICLE 27 – SOURCE OF INSTRUCTIONS

ARTICLE 28 – OFFICIALS NOT TO BENEFIT

ARTICLE 29 – OBSERVANCE OF THE LAW

ARTICLE 30 – LABOR

ARTICLE 31 – MINES

ARTICLE 32 – SEXUAL EXPLOITATION

ARTICLE 33 – TERRORISM

ARTICLE 34 – PROHIBITED PRACTICES

ARTICLE 35 – DISCLOSURE OF SANCTIONS OR TEMPORARY SUSPENSION

ARTICLE 36 – COLLABORATION WITH CERTAIN COUNTRIES

ARTICLE 37 – NOTICES AND COMMUNICATIONS

ANNEXES I – VI

Contract No.

I. STATEMENT OF SERVICES AND SPECIFICATIONS

II. COST OF DELIVERABLES

III. SCHEDULE OF REPORTS AND/OR DOCUMENTS

IV. SCHEDULE OF CONTRACT PERFORMANCE

V. SERVICES AND FACILITIES PROVIDED BY FAO

VI. SCHEDULE AND METHOD OF PAYMENT

Contract No.

THIS CONTRACT FOR THE PROVISION OF (...) is made on (...),

BETWEEN:

The Food and Agriculture Organization of the United Nations (“FAO”), an intergovernmental organization established on 16 October 1945 as a Specialized Agency of the United Nations, having its headquarters in Rome, Italy, and having an office at (...);

AND:

..... (**Name of Contractor**), a corporation organized and existing under the laws of (.....**Country of Contractor**) and having its principal offices at (...**Address of Contractor**) (the “Contractor”);

FAO and the Contractor are hereinafter collectively referred to as the “Parties”;

WHEREAS:

A. FAO, in accordance with its Constitution, cooperates with governments, civil society organizations and other partners, to alleviate poverty and hunger by promoting agricultural development, improved nutrition and the pursuit of food security.

B. FAO wishes to procure **“Hiring of a firm or institution to perform the technical services of soil use and coverage classification based on the RapidEye images, as part of the Landscape Analysis component in the National Forest Inventory”** in support of (.....**brief description of the related context/project**) as described in the Contract.

C. By Invitation to Bid (ITB) No. (...) dated (...), FAO invited proposals for the provision of (**consultancy services to be provided**); By bid received on (...), the Contractor responded to ITB No. (...), representing that it is qualified, capable and willing to provide the required services.

D. FAO wishes to engage the Contractor to undertake the work, all on the terms and conditions set forth in this Contract; and the Contractor represents that it is willing to carry out the work on the same terms and conditions.

Contract No.

NOW, THEREFORE, the Parties hereto mutually agree as follows:

Contract No.

SECTION I: SPECIAL PROVISIONS

ARTICLE 1 – SERVICES TO BE EXECUTED BY THE CONTRACTOR

- 1.1 The Contractor shall perform the services as set out in **Annex I: “Statement of Services and Specifications”** and its Appendix A setting forth the Contractor’s approach, workplan and timeline, it being understood that such services shall include those which, while not specifically provided for in the said **Annex I** and its Appendix A, are implied by generally accepted professional standards.
- 1.2 Except for the participation by the Organization in the performance of this contract, as specified in Article 4 below, the Contractor shall be responsible for providing at its own expense all personnel services and all equipment, materials and supplies required for the execution of the work and services referred to in paragraph 1.1 above.

ARTICLE 2 – PERSONNEL SERVICES TO BE PROVIDED BY THE CONTRACTOR

- 2.1 In order to execute the services as set out in Article 1 above, the Contractor shall provide all necessary personnel. The Contractor is deemed to have exercised appropriate professional judgment and to have given full consideration to working conditions in the country where this Contract is executed, including availability of relevant services, facilities, information and data required for its performance. It is agreed, therefore, that while the Contractor may, at its discretion, modify the periods of service of its personnel as set out in **Annex IV**, in order to ensure satisfactory contract performance, it shall not be entitled to any additional payments for personnel services beyond what has been included in the lumpsum amount specified in Article 6 below.
- 2.2 The costs established by the Contractor for personnel services include but are not limited to, the costs of salary and allowances, per diem, social security contributions, health, medical and pension benefits, board and lodging, pocket money, contingencies and of all other expenditures in connection with the services of the Contractor’s personnel.
- 2.3 The Contractor has provided FAO with detailed personal history statements of personnel to be assigned to this Contract and shall not assign any other personnel without FAO’s prior authorization. This provision shall also apply in the event that the Contractor must substitute personnel previously assigned and approved by FAO. In the event of such substitution the Contractor shall offer for FAO’s consideration only persons having equal or comparable experience and skills to those being substituted. The Contractor’s personnel assigned to the performance of this Contract shall generally adhere to the standards of conduct governing personnel of FAO. FAO may request that the Contractor replace any personnel who, in the opinion of FAO, do not meet such standards of conduct or who are not performing as required under this Contract. Additional costs incurred by the Contractor for the replacement of its personnel resulting from failure to comply with such standards of conduct or as a result of death, illness or disability, or default on the part of the personnel shall be borne by the Contractor.

Contract No.

ARTICLE 3 – COSTS OF DELIVERABLES AND REPORTS AND/OR DOCUMENTS

- 3.1 FAO will pay the Contractor the amounts specified in the **Annex II: “Costs of Deliverables”** as per schedule set forth in Annex VI “Schedule and Method of payment”.
- 3.2 The Contractor shall submit reports and/or documents concerning the services executed under this Contract in accordance with the provisions of **Annex III: “Schedule of Reports and/or Documents”**.

ARTICLE 4 – SCHEDULE OF CONTRACT PERFORMANCE

- 4.1 This Contract becomes effective and the Contractor shall commence its performance immediately upon its signature by both Parties.
- 4.2 The Contractor shall complete the services required by this Contract, which is deemed to include FAO’s acceptance of all reports and/or documents referred to in Article 3 above, in accordance with the provisions of the afore-mentioned **Annex III** and **Annex IV: “Schedule of Contract Performance”**.

ARTICLE 5 – PARTICIPATION BY FAO

- 5.1 It is agreed between the Parties that the Contractor has entered into this Contract in reliance upon FAO’s undertaking to provide certain services and facilities as set out in **Annex V: “Services and Facilities provided by FAO”**.
- 5.2 In the event that for any reason the services and facilities set out in **Annex V** are not made available, the Contractor shall immediately advise the Contract Manager mentioned in Article 9.1 below and notify the FAO Representative, it being understood that the Contractor shall not incur expenditures beyond those authorized in this Contract to obtain the said services and facilities without the former’s written approval.

ARTICLE 6 – SCHEDULE AND METHOD OF PAYMENT

- 6.1 In full consideration of the services executed by the Contractor, FAO will effect payments to the Contractor, subject to the deduction of the liquidated damages mentioned in Article 6 below, if any, in accordance with the provisions of **Annex VI: “Schedule and Method of Payment”**, up to a total amount not to exceed:

..... *(Write out)*

- 6.2 Any payment by FAO is subject to receipt at the Office of the FAO Representation of the following documents;
 - 5.2.1 one (1) copy of this Contract, duly signed by the Contractor;
 - 5.2.2 original invoices corresponding to the services provided by the Contractor.

Contract No.

- 6.3 The Contractor shall explicitly specify on any invoice the tax exemption mentioned in Section II, Article 22.
- 6.4 The Contractor shall pay or reimburse to FAO in the currency of original payment or in a mutually agreed currency:
- 6.4.1 overpayments made by FAO;
 - 6.4.2 costs incurred by FAO for the procurement of alternative services due to the Contractor's default.
- 6.5 The Contractor shall be liable for any changes occurring in the cost of materials and labour during the contracted period.
- 6.6 FAO will endeavour to effect payment of the invoices submitted in accordance with **Annex VI**, within thirty (30) calendar days of the date of their receipt but shall under no circumstances be liable to pay interest on amounts not paid within such period.

ARTICLE 7 – LIQUIDATED DAMAGES

- (a) As provided for in Section II, Article 6.5, the Parties agree that FAO may withhold from any payments due to the Contractor an amount equal to two point five percent (**2.5%**) of the amount specified in Article 6.1, above as liquidated damages for each week of delay or part thereof of delay in the submission of reports and/or documents beyond the deadlines specified for them in **Annex VI**, provided however, that such liquidated damages shall not in any case exceed ten percent (**10%**) of the total Contract amount and it being understood that the withholding by FAO of the said amount(s) does not in any way constitute a waiver by FAO of its rights under Section II, Article 6 of this Contract.

ARTICLE 8 – CONTRACTOR'S RESPONSIBILITY FOR EMPLOYEES

- 8.1 The Contractor shall provide all necessary employees and shall be fully responsible for their employment, work permits, payment and administration in strict conformity with all relevant laws and regulations, including laws relating to their employment, health, safety, welfare, immigration and emigration, and shall allow them all their legal rights.
- 8.2 The Contractor shall be responsible for the professional and technical competence of its employees and will select reliable individuals who will perform effectively in the Contract's implementation, respect the local customs, and conform to a high standard of moral and ethical conduct. The Contractor's employees working on FAO's premises will comply with FAO's rules, policies, and procedures regarding conduct and security.

ARTICLE 9 – DESIGNATION OF THE PARTIES' CONTRACT MANAGERS

For the purpose of the performance of this Contract, the following persons have been designated by the Parties to represent them as far as their own individual competence and qualifications are concerned. It is understood that any decisions by such Contract Managers which would increase or decrease FAO's financial liability as set out in Article 6.1 above will only be binding on FAO if they are the subject of a formal amendment to this Contract, duly signed by the FAO Representative.

- 9.1 FAO has designated as its Contract Manager the following person/s:

Contract No.

.....

.....

9.2 The Contractor has designated as its Contract Manager the following person/s:

.....

.....

ARTICLE 10 – PUBLICATION OF CONTRACT AWARDS

FAO reserves the right to publish or otherwise make public the Contractor’s name and address, any information regarding the Contract including descriptions of the goods or services provided under the Contract and the Contract value.

ARTICLE 11 – CONTRACT DOCUMENTS

Only and exclusively the documents set out below are considered to be an integral part of this Contract:

11.1 **Sections I and II** consisting of pages 1 through 24; and

11.2 **Annexes I through VI;**

Contract No.

SECTION II: STANDARD PROVISIONS

ARTICLE 1 – LEGAL STATUS OF THE PARTIES

FAO and the Contractor shall also each be referred to as a “Party” hereunder, and:

- 1.1 Pursuant, *inter alia*, to the FAO Constitution and the Convention on the Privileges and Immunities of the Specialized Agencies, FAO has full juridical personality and enjoys such privileges and immunities as are necessary for the independent fulfilment of its purposes.
- 1.2 The Contractor shall have the legal status of an independent contractor vis-à-vis FAO, and it shall be fully responsible, in particular, for the acts or omissions of its personnel, agents, or other representatives. Nothing contained in or relating to the Contract shall be construed as establishing or creating between the Parties the relationship of employer and employee or of principal and agent. The officials, representatives, employees, or subcontractors of each of the Parties shall not be considered in any respect as being the employees or agents of the other Party.

ARTICLE 2 – RESPONSIBILITY FOR EMPLOYEES

To the extent that the Contract involves the provision of any services to FAO by the Contractor’s officials, employees, agents, servants, subcontractors and other representatives (collectively, the Contractor’s “personnel”), the following provisions shall apply:

- 2.1 The Contractor shall be responsible for the professional and technical competence of the personnel it assigns to perform work under the Contract and will select reliable and competent individuals who will be able to effectively perform the obligations under the Contract and who, while doing so, will respect the local laws and customs and conform to a high standard of moral and ethical conduct.
- 2.2 Such Contractor personnel shall be professionally qualified and, if required to work with officials or staff of FAO, shall be able to do so effectively. The qualifications of any personnel whom the Contractor may assign or may propose to assign to perform any obligations under the Contract shall be substantially the same, or better, as the qualifications of any personnel originally proposed by the Contractor.
- 2.3 At the option of and in the sole discretion of FAO:
 - 2.3.1 the qualifications of personnel proposed by the Contractor (*e.g.*, curriculum vitae) may be reviewed by FAO prior to such personnel’s performing any obligations under the Contract;
 - 2.3.2 any personnel proposed by the Contractor to perform obligations under the Contract may be interviewed by qualified staff or officials of FAO prior to such personnel’s performing any obligations under the Contract; *and*,
 - 2.3.3 in cases in which, pursuant to Article 2.3.1 or 2.3.2, above, FAO has reviewed the qualifications of such Contractor’s personnel, FAO may reasonably refuse to accept any such personnel.
- 2.4 Requirements specified in the Contract regarding the number or qualifications of the Contractor’s personnel may change during the course of performance of the Contract. Any such change shall be made only following written notice of such proposed change and upon written agreement between the Parties regarding such change, subject to the following:
 - 2.4.1 FAO may, at any time, request, in writing, the withdrawal or replacement of any of the Contractor’s personnel, and such request shall not be unreasonably refused by the Contractor.
 - 2.4.2 Any of the Contractor’s personnel assigned to perform obligations under the Contract shall not be withdrawn or replaced without the prior written consent of FAO, which shall not be unreasonably withheld.
 - 2.4.3 The withdrawal or replacement of the Contractor’s personnel shall be carried out as quickly as possible and in a manner that will not adversely affect the performance of obligations

Contract No.

under the Contract.

2.4.4 All expenses related to the withdrawal or replacement of the Contractor's personnel shall, in all cases, be borne exclusively by the Contractor.

2.4.5 Any request by FAO for the withdrawal or replacement of the Contractor's personnel shall not be considered to be a termination, in whole or in part, of the Contract, and FAO shall not bear any liability in respect of such withdrawn or replaced personnel.

2.5 Nothing in Articles 2.2, 2.3 and 2.4, above, shall be construed to create any obligations on the part of FAO with respect to the Contractor's personnel assigned to perform work under the Contract, and such personnel shall remain the sole responsibility of the Contractor.

2.6 The Contractor shall be responsible for requiring that all personnel assigned by it to perform any obligations under the Contract and who may have access to any premises or other property of FAO shall:

2.6.1 undergo or comply with security screening requirements made known to the Contractor by FAO, including but not limited to, a review of any criminal history;

2.6.2 when within FAO premises or on FAO property, display such identification as may be approved and furnished by FAO security officials, and that upon the withdrawal or replacement of any such personnel or upon termination or completion of the Contract, such personnel shall immediately return any such identification to FAO for cancellation.

2.7 Within one working day after learning that any of Contractor's personnel who have access to any FAO premises have been charged by law enforcement authorities with an offense other than a minor traffic offense, the Contractor shall provide written notice to inform FAO about the particulars of the charges then known and shall continue to inform FAO concerning all substantial developments regarding the disposition of such charges.

2.8 All operations of the Contractor, including without limitation, storage of equipment, materials, supplies and parts, within FAO premises or on FAO property shall be confined to areas authorized or approved by FAO. The Contractor's personnel shall not enter or pass through and shall not store or dispose of any of its equipment or materials in any areas within FAO premises or on FAO property without appropriate authorization from FAO.

ARTICLE 3 – ASSIGNMENT

3.1 The Contractor may not assign, transfer, pledge or make any other disposition of the Contract, of any part of the Contract, or of any of the rights, claims or obligations under the Contract except as may be provided for in this Contract or with the prior written authorization of FAO. Any such unauthorized assignment, transfer, pledge or other disposition, or any attempt to do so, shall not be binding on FAO. Any assignment by the Contractor which is not authorized by FAO will be void and FAO reserves the right in such case, without prejudice to other rights or remedies, to terminate the Contract without liability effective upon the Contractor's receipt of notification of termination. Except as permitted with respect to any approved subcontractors, the Contractor shall not delegate any of its obligations under this Contract, except with the prior written consent of FAO. Any such unauthorized delegation, or attempt to do so, shall not be binding on FAO.

3.2 The Contractor agrees that FAO may, at its discretion, assign, transfer, pledge, or make other disposition of this Contract or any part hereof, or any of FAO's rights or obligations under this Contract upon written notification within a reasonable period of time either prior to or following such assignment, transfer, pledge or subcontracting arrangement.

ARTICLE 4 – SUBCONTRACTING

In the event that the Contractor requires the services of subcontractors to perform any obligations under the Contract, and except as may be provided for in this Contract, the Contractor shall obtain the prior written approval of FAO. FAO shall be entitled, in its sole discretion, to review the qualifications of any subcontractors and to reject any proposed subcontractor that FAO reasonably considers is not qualified to perform obligations under the Contract. The approval by FAO of a subcontractor shall not

Contract No.

relieve the Contractor of any of its obligations under this Contract. FAO shall have the right to require any subcontractor's removal from FAO premises without having to give any justification therefor. Any such rejection or request for removal shall not, in and of itself, entitle the Contractor to claim any delays in the performance, or to assert any excuses for the non-performance, of any of its obligations under the Contract, and the Contractor shall be solely responsible for all services and obligations performed by its subcontractors. The terms of any subcontract shall be subject to, and shall be construed in a manner that is fully in accordance with, all of the terms and conditions of the Contract. The essential terms set out in Article 26 shall be included in all subcontracting arrangements entered into under this Contract.

ARTICLE 5 – EXAMINATION AND ACCEPTANCE

- 5.1 FAO reserves the right to examine the equipment, materials and supplies and/or assess the services provided under this Contract, at any time prior to the expiry of this Contract. Without any additional charge, the Contractor shall provide all facilities for the examination and all necessary support to ensure that examinations can be performed in such a manner as not to unduly delay delivery.
- 5.2 In case of rejection by FAO of the equipment, materials, supplies and/or services provided, a new review may be carried out by the representatives of both FAO and the Contractor, if promptly requested by the Contractor and before FAO exercises any legal remedies. The Contractor shall bear the expenses of such a review.
- 5.3 If this Contract specifically requires the Contractor to procure equipment, materials or supplies on behalf of FAO, such procurement shall be of new equipment, materials or supplies unless procurement of used equipment, materials or supplies is approved in advance in writing by FAO.

ARTICLE 6 – DELAYS AND DEFAULTS

- 6.1 If there should be any delay in the performance of this Contract or any part thereof, the Contractor shall notify FAO in writing giving the cause, such notification to reach FAO no later than ten (10) days after the date on which the delay is known by the Contractor.
- 6.2 If the Contractor is unable to obtain any materials or services necessary for the performance of the Contract from its normal sources of supply, it shall remain liable for any delays when equivalent materials or services can be obtained from other sources in good time.
 - 6.3 In any event, if the Contractor fails to make delivery of the materials or to complete items or services required within the time specified in the Contract, or within any extension that may be granted, FAO may, without prejudice to any further rights it may have under this Contract and in particular under Article 17:
 - 6.3.1 suspend or cancel the right of the Contractor to proceed further with any items or services - or part thereof - in which there has been a delay;
 - 6.3.2 obtain elsewhere upon such terms and conditions as may be deemed appropriate, replacement items or services similar to those which the Contractor failed to provide;
 - 6.3.3 make a corresponding adjustment to the consideration payable to the Contractor; provided, however, that the Contractor shall continue performance of this Contract to the extent not suspended or cancelled under the provisions of this paragraph.
- 6.4 The Contractor shall be liable for any excess costs or damages caused to FAO by a failure or delay on the part of the Contractor in the performance of its obligations under this Contract, except where such failure or delay is due to:
 - 6.4.1 causes which are attributable to FAO;
 - 6.4.2 Force Majeure, as defined in Article 16 below.
- 6.5 If, in the event of a default by the Contractor or a delay attributable to it, FAO is of the opinion that the determination of actual excess costs or damages, or any part thereof, incurred by FAO is not practicable, FAO may require the Contractor to pay, in lieu of or in addition to actual damages, as the case may be, the amount specified in, or to be calculated in accordance with, the relevant provision of this Contract, as fixed, agreed and liquidated damages for the duration of the delay or default.

Contract No.

- 6.6 FAO shall determine the effects of any delay or default particularly in regard to an adjustment of the consideration due to the Contractor and to excess costs or damages caused to FAO and its findings shall be binding, provided always that the Contractor shall have the right to avail itself of the provisions of Article 20.
- 6.7 FAO shall not be liable to pay interest on the amount(s) not paid to the Contractor within the payment schedule foreseen under the Contract, irrespective of the cause of such delay.

ARTICLE 7 – TITLE

The Contractor warrants and represents that the goods delivered under the Contract are unencumbered by any third party's title or other property rights, including, but not limited to, any liens or security interests. Unless otherwise expressly provided in the Contract, title in and to the goods shall pass from the Contractor to FAO upon delivery of the goods and their acceptance by FAO in accordance with the requirements of the Contract.

ARTICLE 8 – EXPORT LICENSING

The Contractor shall be responsible for obtaining any export license required with respect to the goods, products, or technologies, including software, sold, delivered, licensed or otherwise provided to FAO under the Contract. The Contractor shall procure any such export license in an expeditious manner. Subject to and without any waiver of the privileges and immunities of FAO, FAO shall lend the Contractor all reasonable assistance required for obtaining any such export license. Should any governmental entity refuse, delay or hinder the Contractor's ability to obtain any such export license, the Contractor shall promptly consult with FAO to enable FAO to take appropriate measures to resolve the matter.

ARTICLE 9 – INDEMNIFICATION

- 9.1 The Contractor shall indemnify, defend, and hold and save harmless, FAO, and its officials, agents and employees, and any of its member nations or member organizations ("Members") or other ultimate beneficiaries, from and against all suits, proceedings, claims, demands, losses and liability of any kind or nature brought by any third party against FAO, including, but not limited to, all litigation costs and expenses, attorney's fees, settlement payments and damages, based on, arising from, or relating to:
- 9.1.1 allegations or claims that the possession of or use by FAO of any patented device, any copyrighted material, or any other goods, property or services provided or licensed to FAO under the terms of the Contract, in whole or in part, separately or in a combination contemplated by the Contractor's published specifications therefor, or otherwise specifically approved by the Contractor, constitutes an infringement of any patent, copyright, trademark, or other intellectual property right of any third party; *or*,
- 9.1.2 any acts or omissions of the Contractor, or of any subcontractor or anyone directly or indirectly employed by them in the performance of the Contract, which give rise to legal liability to anyone not a party to the Contract, including, without limitation, claims and liability in the nature of a claim for workers' compensation.
- 9.2 FAO may, where in its opinion, the successful implementation of the Contract or the reputation of FAO, might be prejudiced, withhold or deduct from the payments due to the Contractor under this Contract such amounts as may be required to honour third party claims brought against the Contractor if these claims are connected with the supplies or services to be provided under this Contract and if, after consultation with the Contractor, FAO is satisfied that such claims have been or may become the subject of a judgement, injunction or similar court order.
- 9.3 In addition to the indemnity obligations set forth in this Article 9, the Contractor shall be obligated, at its sole expense, to defend FAO and its officials, agents and employees, pursuant to this Article 9, regardless of whether the suits, proceedings, claims and demands in question actually give rise to or otherwise result in any loss or liability.
- 9.4 FAO shall advise the Contractor about any such suits, proceedings, claims, demands, losses or liability within a reasonable period of time after having received actual notice thereof. The

Contract No.

Contractor shall have sole control of the defense of any such suit, proceeding, claim or demand and of all negotiations in connection with the settlement or compromise thereof, except with respect to the assertion or defense of the privileges and immunities of FAO or any matter relating thereto, for which only FAO itself is authorized to assert and maintain. FAO shall have the right, at its own expense, to be represented in any such suit, proceeding, claim or demand by independent counsel of its own choosing.

9.5 In the event the use by FAO of any goods, property or services provided or licensed to FAO by the Contractor, in whole or in part, in any suit or proceeding, is for any reason enjoined, temporarily or permanently, or is found to infringe any patent, copyright, trademark or other intellectual property right, or in the event of a settlement, is enjoined, limited or otherwise interfered with, then the Contractor, at its sole cost and expense, shall, promptly, either:

9.5.1 procure for FAO the unrestricted right to continue using such goods or services provided to FAO;

9.5.2 replace or modify the goods or services provided to FAO, or part thereof, with the equivalent or better goods or services, or part thereof, that is non-infringing; *or*,

9.5.3 refund to FAO the full price paid by FAO for the right to have or use such goods, property or services, or part thereof.

9.6 For the purposes of this Article, the term "third party" shall be deemed to include, *inter alia*, officials, employees and other representatives of the United Nations, FAO, and other Specialized Agencies participating in the implementation of this Contract as well as any person or entity employed by the Contractor or otherwise performing services for, or supplying goods to, the Contractor.

ARTICLE 10 – INSURANCE AND LIABILITY

10.1 The Contractor shall pay FAO promptly for all loss, destruction, or damage to the property of FAO caused by the Contractor's personnel or by any of its subcontractors or anyone else directly or indirectly employed by the Contractor or any of its subcontractors in the performance of the Contract.

10.2 Unless otherwise provided in the Contract, prior to commencement of performance of any other obligations under the Contract, and subject to any limits set forth in the Contract, the Contractor shall take out and shall maintain for the entire term of the Contract, for any extension thereof, and for a period following any termination of the Contract reasonably adequate to deal with losses:

10.2.1 insurance against all risks in respect of its property and any equipment used for the performance of the Contract;

10.2.2 workers' compensation insurance, or its equivalent, or employer's liability insurance, or its equivalent, with respect to the Contractor's personnel sufficient to cover all claims for injury, death and disability, or any other benefits required to be paid by law, in connection with the performance of the Contract;

10.2.3 liability insurance in an adequate amount to cover all claims, including, but not limited to, claims for death and bodily injury, products and completed operations liability, loss of or damage to property, and personal and advertising injury, arising from or in connection with the Contractor's performance under the Contract, including, but not limited to, liability arising out of or in connection with the acts or omissions of the Contractor, its personnel, agents, or invitees, or the use, during the performance of the Contract, of any vehicles, boats, airplanes or other transportation vehicles and equipment, whether or not owned by the Contractor; *and*,

10.2.4 such other insurance as may be agreed upon in writing between FAO and the Contractor.

10.3 The Contractor's liability policies shall also cover subcontractors and all defense costs and shall contain a standard "cross liability" clause.

10.4 The Contractor acknowledges and agrees that FAO accepts no responsibility for providing life,

Contract No.

- health, accident, travel or any other insurance coverage which may be necessary or desirable in respect of any personnel performing services for the Contractor in connection with the Contract.
- 10.5 Except for the workers' compensation insurance or any self-insurance program maintained by the Contractor and approved by FAO, in its sole discretion, for purposes of fulfilling the Contractor's requirements for providing insurance under the Contract, the insurance policies required under the Contract shall:
- 10.5.1 name FAO as an additional insured under the liability policies, including, if required, as a separate endorsement under the policy;
- 10.5.2 include a waiver of subrogation of the Contractor's insurance carrier's rights against FAO;
- 10.5.3 provide that FAO shall receive written notice from the Contractor's insurance carrier not less than thirty (30) days prior to any cancellation or material change of coverage; *and*,
- 10.5.4 include a provision for response on a primary and non-contributing basis with respect to any other insurance that may be available to FAO.
- 10.6 The Contractor shall be responsible to fund all amounts within any policy deductible or retention.
- 10.7 Except for any self-insurance program maintained by the Contractor and approved by FAO for purposes of fulfilling the Contractor's requirements for maintaining insurance under the Contract, the Contractor shall maintain the insurance taken out under the Contract with reputable insurers that are in good financial standing and that are acceptable to FAO. Prior to the commencement of any obligations under the Contract, the Contractor shall provide FAO with evidence, in the form of certificate of insurance or such other form as FAO may reasonably require, that demonstrates that the Contractor has taken out insurance in accordance with the requirements of the Contract. FAO reserves the right, upon written notice to the Contractor, to obtain copies of any insurance policies or insurance program descriptions required to be maintained by the Contractor under the Contract. Notwithstanding the provisions of Article 10.5.3, above, the Contractor shall promptly notify FAO concerning any cancellation or material change of insurance coverage required under the Contract.
- 10.8 The Contractor acknowledges and agrees that neither the requirement for taking out and maintaining insurance as set forth in the Contract nor the amount of any such insurance, including, but not limited to, any deductible or retention relating thereto, shall in any way be construed as limiting the Contractor's liability arising under or relating to the Contract.

ARTICLE 11 – ENCUMBRANCES AND LIENS

The Contractor shall not cause or permit any lien, attachment or other encumbrance by any person to be placed on file or to remain on file in any public office or on file with FAO against any monies due to the Contractor or that may become due for any work done or against any goods supplied or materials furnished under the Contract, or by reason of any other claim or demand against the Contractor or FAO.

ARTICLE 12 – EQUIPMENT FURNISHED BY FAO TO THE CONTRACTOR

Title to any equipment and supplies that may be furnished by FAO to the Contractor for the performance of any obligations under the Contract shall rest with FAO, and any such equipment shall be returned to FAO at the conclusion of the Contract or when no longer needed by the Contractor. Such equipment, when returned to FAO, shall be in the same condition as when delivered to the Contractor, subject to normal wear and tear, and the Contractor shall be liable to compensate FAO for the actual costs of any loss of, damage to, or degradation of the equipment that is beyond normal wear and tear.

ARTICLE 13 – COPYRIGHT, PATENTS AND OTHER PROPRIETARY RIGHTS

- 13.1 Except as is otherwise expressly provided in writing in the Contract, FAO shall be entitled to all intellectual property and other proprietary rights including, but not limited to, patents, copyrights, and trademarks, with regard to products, processes, inventions, ideas, know-how, or documents and other materials which the Contractor has developed for FAO under the Contract and which bear a direct relation to or are produced or prepared or collected in consequence of,

Contract No.

or during the course of, the performance of the Contract. The Contractor acknowledges and agrees that such products, documents and other materials constitute works made for hire for FAO.

- 13.2 To the extent that any such intellectual property or other proprietary rights consist of any intellectual property or other proprietary rights of the Contractor:
- 13.2.1 that pre-existed the performance by the Contractor of its obligations under the Contract, *or*
- 13.2.2 that the Contractor may develop or acquire, or may have developed or acquired, independently of the performance of its obligations under the Contract, FAO does not and shall not claim any ownership interest thereto, and the Contractor grants to FAO a perpetual license to use such intellectual property or other proprietary right solely for the purposes of and in accordance with the requirements of the Contract.
- 13.3 At the request of FAO, the Contractor shall take all necessary steps, execute all necessary documents and generally assist in securing such proprietary rights and transferring or licensing them to FAO in compliance with the requirements of the applicable law and of the Contract.
- 13.4 Subject to the foregoing provisions, all maps, drawings, photographs, mosaics, plans, reports, estimates, recommendations, documents, and all other data compiled by or received by the Contractor under the Contract shall be the property of FAO, shall be made available for use or inspection by FAO at reasonable times and in reasonable places, shall be treated as confidential, and shall be delivered only to FAO authorized officials on completion of work under the Contract.

ARTICLE 14 – PUBLICITY, AND USE OF THE NAME, EMBLEM OR OFFICIAL SEAL OF FAO

The Contractor shall not advertise or otherwise make public for purposes of commercial advantage or goodwill that it has a contractual relationship with FAO, nor shall the Contractor, in any manner whatsoever use the name, emblem or official seal of FAO, or any abbreviation of the name of FAO in connection with its business or otherwise without the written permission FAO.

ARTICLE 15 – CONFIDENTIAL NATURE OF DOCUMENTS AND INFORMATION

All designs, drawings, specifications, reports, data, computer programs, and other technical or proprietary information compiled or developed by the Contractor or furnished or disclosed to the Contractor by FAO under this Contract (“Information”) shall be the property of FAO and shall be treated as confidential and safeguarded by the Contractor, its employees, agents and representatives. Unless otherwise authorized in writing by FAO, the Contractor shall use such Information only in the performance of this Contract. Upon completion or termination of this Contract, the Contractor shall return such Information to FAO.

- 15.1 The Contractor may disclose Information to the extent required by law, provided that, subject to and without any waiver of the privileges and immunities of FAO, the Contractor will give FAO sufficient prior notice of a request for the disclosure of Information in order to allow FAO to have a reasonable opportunity to take protective measures or such other action as may be appropriate before any such disclosure is made.
- 15.2 FAO reserves the right to publish or otherwise make public the Contractor’s name and address, any information regarding the Contract including descriptions of the goods or services provided under the Contract and the Contract value. FAO may also disclose Information to the extent as required pursuant to the FAO Constitution or consistent with or pursuant to resolutions or regulations of the Conference of FAO or rules promulgated thereunder.
- 15.3 A Party shall not be precluded from disclosing Information that is obtained by that Party from a third party without restriction, is disclosed by the other Party to a third party without any obligation of confidentiality, is previously known by the Party who has received the Information, or at any time is developed by the Party completely independently of any disclosures hereunder.
- 15.4 These obligations and restrictions of confidentiality shall be effective during the term of the Contract, including any extension thereof, and, unless otherwise provided in the Contract, shall

Contract No.

remain effective following any termination of the Contract.

ARTICLE 16 – FORCE MAJEURE; OTHER CHANGES IN CONDITIONS

- 16.1 In the event of and as soon as possible after the occurrence of any cause constituting *force majeure*, the affected Party shall give notice and full particulars in writing to the other Party, of such occurrence or cause if the affected Party is thereby rendered unable, wholly or in part, to perform its obligations and meet its responsibilities under the Contract. The affected Party shall also notify the other Party of any other changes in condition or the occurrence of any event which interferes or threatens to interfere with its performance of the Contract. Not more than fifteen (15) days following the provision of such notice of *force majeure* or other changes in condition or occurrence, the affected Party shall also submit a statement to the other Party of estimated expenditures that will likely be incurred for the duration of the change in condition or the event of force majeure. On receipt of the notice or notices required hereunder, the Party not affected by the occurrence of a cause constituting *force majeure* shall take such action as it reasonably considers to be appropriate or necessary in the circumstances, including the granting to the affected Party of a reasonable extension of time in which to perform any obligations under the Contract or termination under Article 17. The Contractor shall be liable for any damages resulting from lack of notice of the *force majeure* event.
- 16.2 If the Contractor is rendered unable, wholly or in part, by reason of *force majeure* to perform its obligations and meet its responsibilities under the Contract, FAO shall have the right to suspend or terminate the Contract on the same terms and conditions as are provided for in Article 17, except that the period of notice shall be seven (7) days instead of thirty (30) days. In any case, FAO shall be entitled to consider the Contractor permanently unable to perform its obligations under the Contract in case the Contractor is unable to perform its obligations, wholly or in part, by reason of *force majeure* for any period in excess of ninety (90) days.
- 16.3 *Force majeure* as used herein means any unforeseeable and irresistible act of nature, any act of war (whether declared or not), invasion, revolution, insurrection, terrorism, or any other acts of a similar nature or force, *provided that* such acts arise from causes beyond the control and without the fault or negligence of the Contractor (or on the part of its personnel, agents, other representatives, or authorized subcontractors), and proves insurmountable in spite of all due diligence. Defects in equipment, material or supplies, or delays in their availability (unless due to *force majeure*), labor disputes, strikes or financial difficulties shall not constitute an event of *force majeure*. Notwithstanding anything to the contrary herein in this Contract, the Contractor recognizes that the provision of goods and services may from time to time be performed under harsh or hostile conditions, including civil unrest. Consequently, delays or failure to perform caused by events arising out of, or in connection with, such difficult conditions shall not, in and of itself, constitute *force majeure* under this Contract. The Contractor therefore acknowledges and agrees that, with respect to any obligations under the Contract that the Contractor must perform in areas in which FAO is engaged in, preparing to engage in, or disengaging from any humanitarian or similar operations, any delays or failure to perform such obligations arising from or relating to harsh conditions within such areas, or to any incidents of civil unrest occurring in such areas, shall not, in and of itself, constitute *force majeure* under the Contract.

ARTICLE 17 – TERMINATION

- 17.1 Either Party may terminate the Contract for cause, in whole or in part, upon thirty (30) days' notice, in writing, to the other Party. The initiation of conciliation or arbitral proceedings in accordance with Article 20, shall not be deemed to be a "cause" for or otherwise to be in itself a termination of the Contract.
- 17.2 For the purposes of this Article, a "cause" include, without being limited to:
- 17.2.1 unforeseen causes beyond the control of FAO;
 - 17.2.2 repeated and/or serious noncompliance with laws and regulations related to social contribution, safety measures, pollution, prevention of injuries in the work place;

Contract No.

- 17.2.3 serious contractual breaches compromising the normal performance of the services under this Contract;
 - 17.2.4 transfer to third parties, either directly or indirectly through an intermediary, of all or part of the rights and obligations pertaining to the services under this Contract, except for subcontracts duly authorized by FAO;
 - 17.2.5 gross negligence;
 - 17.2.6 unjustified delay in the execution of the services, so as to substantially prejudice the achievement of FAO's objectives under this Contract;
 - 17.2.7 default in the submission of the performance bond as required, if applicable.
- 17.3 FAO may terminate the Contract at any time by providing written notice to the Contractor in any case in which the mandate of FAO applicable to the performance of the Contract or the funding of FAO applicable to the Contract is curtailed or terminated, whether in whole or in part. In addition, unless otherwise provided by the Contract, upon sixty (60) days' advance written notice to the Contractor, FAO may terminate the Contract without having to provide any justification therefor.
- 17.4 In the event of any termination of the Contract, upon receipt of notice of termination that has been issued by FAO, the Contractor shall, except as may be directed by FAO in the notice of termination or otherwise in writing:
- 17.4.1 take immediate steps to bring the performance of any obligations under the Contract to a close in a prompt and orderly manner, and in doing so, reduce expenses to a minimum;
 - 17.4.2 refrain from undertaking any further or additional commitments under the Contract as of and following the date of receipt of such notice;
 - 17.4.3 place no further subcontracts or orders for materials, services, or facilities, except as FAO and the Contractor agree in writing are necessary to complete any portion of the Contract that is not terminated;
 - 17.4.4 terminate all subcontracts or orders to the extent they relate to the portion of the Contract terminated;
 - 17.4.5 transfer title and deliver to FAO the fabricated or unfabricated parts, work in process, completed work, supplies, and other material produced or acquired for the portion of the Contract terminated;
 - 17.4.6 deliver all completed or partially completed plans, drawings, information, and other property that, if the Contract had been completed, would be required to be furnished to FAO thereunder;
 - 17.4.7 complete performance of the work not terminated; *and*,
 - 17.4.8 take any other action that may be necessary, or that FAO may direct in writing, for the minimization of losses and for the protection and preservation of any property, whether tangible or intangible, related to the Contract that is in the possession of the Contractor and in which FAO has or may be reasonably expected to acquire an interest.
- 17.5 In the event of any termination of the Contract, FAO shall be entitled to obtain reasonable written accountings from the Contractor concerning all obligations performed or pending in accordance with the Contract. In addition, FAO shall not be liable to pay the Contractor except for those goods delivered and services provided to FAO in accordance with the requirements of the Contract, but only if such goods or services were ordered, requested or otherwise provided prior to the Contractor's receipt of notice of termination from FAO or prior to the Contractor's tendering of notice of termination to FAO.
- 17.6 The Contractor shall immediately report any change in its legal status or control to FAO. FAO may, without prejudice to any other right or remedy available to it, terminate the Contract forthwith in the event that:
- 17.6.1 the Contractor is adjudged bankrupt, or is liquidated, or becomes insolvent, or applies for a moratorium or stay on any payment or repayment obligations, or applies to be declared

Contract No.

insolvent;

17.6.2 the Contractor is granted a moratorium or a stay, or is declared insolvent;

17.6.3 the Contractor makes an assignment for the benefit of one or more of its creditors;

17.6.4 a Receiver is appointed on account of the insolvency of the Contractor;

17.6.5 the Contractor offers a settlement in lieu of bankruptcy or receivership; *or,*

17.6.6 FAO reasonably determines that the Contractor has become subject to a materially adverse change in its financial condition that threatens to substantially affect the ability of the Contractor to perform any of its obligations under the Contract.

17.7 Except as prohibited by law, the Contractor shall be bound to compensate FAO for all damages and costs, including, but not limited to, all costs incurred by FAO in any legal or non-legal proceedings, as a result of any of the events specified in Article 17.6, above, and resulting from or relating to a termination of the Contract, even if the Contractor is adjudged bankrupt, or is granted a moratorium or stay or is declared insolvent. The Contractor shall immediately inform FAO of the occurrence of any of the events specified in Article 17.6, above, and shall provide FAO with any information pertinent thereto.

17.8 The provisions of this Article 17 are without prejudice to any other rights or remedies of FAO under the Contract or otherwise.

ARTICLE 18 – NON-WAIVER OF RIGHTS

The failure by either Party to exercise any rights available to it, whether under the Contract or otherwise, shall not be deemed for any purposes to constitute a waiver by the other Party of any such right or any remedy associated therewith, and shall not relieve the Parties of any of their obligations under the Contract.

ARTICLE 19 – NON-EXCLUSIVITY

Unless otherwise specified in the Contract, FAO shall have no obligation to purchase any minimum quantities of goods or services from the Contractor, and FAO shall have no limitation on its right to obtain goods or services of the same kind, quality and quantity described in the Contract, from any other source at any time.

ARTICLE 20 – SETTLEMENT OF DISPUTES, CONCILIATION AND ARBITRATION

20.1 Any dispute between the Parties concerning the interpretation and the execution of the Contract will be settled by negotiation or, if not settled by negotiation between the Parties or by another agreed mode of settlement shall, at the request of either Party, be submitted to one conciliator. Should the Parties fail to reach agreement on the name of a sole conciliator, each Party shall appoint one conciliator. The conciliation shall be carried out in accordance with the Conciliation Rules of the United Nations Commission on International Trade Law (“UNCITRAL”), as at present in force.

20.2 Any dispute between the Parties concerning the interpretation and the execution of the Contract that is unresolved after conciliation shall, at the request of either Party be settled by arbitration in accordance with the UNCITRAL Arbitration Rules, as at present in force. Arbitrations under this provision shall be administered by the International Bureau of the Permanent Court of Arbitration.

20.3 The conciliation or the arbitration proceedings shall be conducted in any of the six (6) official languages of FAO (Arabic, Chinese, English, French, Spanish and Russian) in which the Contract is drafted. In cases in which the language of the Contract is not an official language of FAO, the conciliation or the arbitration proceedings shall be conducted in English.

20.4 The Parties may request conciliation during the execution of the Contract or within a period not to exceed twelve (12) months after the expiry or the termination of the Contract. The Parties may request arbitration not later than ninety (90) days after the termination of the conciliation proceedings.

20.5 Decisions of the arbitral tribunal shall be final and binding to the Parties. The arbitral tribunal shall have no authority to award punitive damages or, unless otherwise expressly provided in

Contract No.

this Contract, to award interest in which case such interest shall not be in excess of the London Inter-Bank Offered Rate (“LIBOR”) then prevailing, and any such interest shall be simple interest only.

ARTICLE 21 – PRIVILEGES AND IMMUNITIES AND APPLICABLE LAW

- 21.1 Nothing contained in or relating to this Contract shall be deemed a waiver, express or implied, of the privileges and immunities of FAO, nor as conferring any privileges or immunities of FAO on the Contractor or its employees, nor as acceptance by FAO of the jurisdiction of the courts of any country over disputes arising out of this Contract.
- 21.2 Notwithstanding any specific provision herein, this Contract and any dispute arising therefrom shall be governed by general principles of law to the exclusion of any single national system of law. General principles of law shall be deemed to include the UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts 2010.

ARTICLE 22 – TAX EXEMPTION

- 22.1 Article III Section 9, of the Convention on the Privileges and Immunities of the Specialized Agencies provides, *inter alia*, that FAO is exempt from all direct taxes, including any value-added tax (VAT), except charges for public utility services, and is exempt from customs restrictions, duties and charges of a similar nature in respect of articles imported or exported for its official use. In the event any governmental authority refuses to recognize the exemptions of FAO from such taxes, restrictions, duties, or charges, the Contractor shall immediately consult with FAO to determine a mutually acceptable procedure.
- 22.2 The Contractor shall explicitly specify this tax exemption on any invoice. The Contractor authorizes FAO to deduct from the Contractor’s invoices any amount representing such taxes, duties or charges, unless the Contractor has consulted with FAO before the payment thereof and FAO has, in each instance, specifically authorized the Contractor to pay such taxes, duties, or charges under written protest. In that event, the Contractor shall provide FAO with written evidence that payment of such taxes, duties or charges has been made and appropriately authorized, and FAO shall reimburse the Contractor for any such taxes, duties, or charges so authorized by FAO and paid by the Contractor under written protest.

ARTICLE 23 – MODIFICATIONS

- 23.1 FAO may at any time by written instructions make changes within the general scope of this Contract and the Contractor shall be obliged to implement such changes in a timely manner. If any such change causes an increase or decrease in the quantities of goods and/or services or the time required for performance of this Contract, an equitable adjustment shall be made in the order price or delivery schedule, or both, and the Contract shall be amended, terminated or reissued accordingly.
- 23.2 Any claim by the Contractor for adjustment under this Article must be asserted within thirty (30) days from the date of receipt by the Contractor of the notification of change; provided, however, that FAO may, at its sole discretion, receive and act upon any such claim asserted at any time prior to final payment under this Contract. A dispute arising from failure to agree to any adjustments shall be subject to the provisions of Article 20 of this Contract. However, nothing in this Article shall relieve the Contractor from its obligation to proceed with the performance of the Contract as changed.
- 23.3 No modification of or change in the terms of this Contract shall be valid or enforceable against FAO unless it is in writing and signed by a duly authorized officer.
- 23.4 Any modification of this Contract other than the changes provided for under paragraphs 23.1 to 23.3 above shall be effected by an amendment to this Contract to be mutually agreed between the Parties hereto.

ARTICLE 24 – AUDITS AND INVESTIGATIONS

- 24.1 Each invoice paid by FAO shall be subject to a post-payment audit by auditors, whether internal or external, of FAO or by other authorized and qualified agents of FAO at any time during the

Contract No.

term of the Contract and for a period of two (2) years following the expiration or prior termination of the Contract. FAO shall be entitled to a refund from the Contractor for any amounts shown by such audits to have been paid by FAO other than in accordance with the terms and conditions of the Contract.

- 24.2 The Contractor acknowledges and agrees that, from time to time, FAO may conduct investigations relating to any aspect of the Contract or the award thereof, the obligations performed under the Contract, and the operations of the Contractor generally relating to performance of the Contract. The right of FAO to conduct an investigation and the Contractor's obligation to comply with such an investigation shall not lapse upon expiration or prior termination of the Contract.
- 24.3 The Contractor shall provide its full and timely cooperation with any such inspections, post-payment audits or investigations. Such cooperation shall include, but shall not be limited to, the Contractor's obligation to make available its personnel and any relevant documentation for such purposes at reasonable times and on reasonable conditions and to grant to FAO access to the Contractor's premises at reasonable times and on reasonable conditions in connection with such access to the Contractor's personnel and relevant documentation. The Contractor shall require its agents, including, but not limited to, the Contractor's attorneys, accountants or other advisers, to reasonably cooperate with any inspections, post-payment audits or investigations carried out by FAO hereunder.

ARTICLE 25 – LIMITATION ON ACTIONS

- 25.1 Except with respect to any indemnification obligations in Article 9, above, or as are otherwise set forth in the Contract, any conciliation proceedings in accordance with Article 20 above, arising out of the Contract must be commenced within twelve (12) months after the cause of action has accrued.
- 25.2 The Parties further acknowledge and agree that, for these purposes, a cause of action shall accrue when the breach actually occurs, or, in the case of latent defects, when the injured Party knew or should have known all of the essential elements of the cause of action, or in the case of a breach of warranty, when tender of delivery is made, except that, if a warranty extends to future performance of the goods or any process or system and the discovery of the breach consequently must await the time when such goods or other process or system is ready to perform in accordance with the requirements of the Contract, the cause of action accrues when such time of future performance actually begins.

ARTICLE 26 – ESSENTIAL TERMS

The Contractor acknowledges and agrees that each of the provisions in Articles 27 to 35 hereof constitutes an essential term of the Contract and that any breach of any of these provisions shall entitle FAO to terminate the Contract or any other contract with FAO immediately upon notice to the Contractor, without any liability for termination charges or any other liability of any kind.

ARTICLE 27 – SOURCE OF INSTRUCTIONS

The Contractor shall neither seek nor accept instructions from any authority external to FAO in connection with the performance of its obligations under the Contract. Should any authority external to FAO seek to impose any instructions concerning or restrictions on the Contractor's performance under the Contract, the Contractor shall promptly notify FAO and provide all reasonable assistance required by FAO. The Contractor shall not take any action in respect of the performance of its obligations under the Contract that may adversely affect the interests of FAO, and the Contractor shall perform its obligations under the Contract with the fullest regard to the interests of the FAO.

ARTICLE 28 – OFFICIALS NOT TO BENEFIT

The Contractor warrants that it has not and shall not offer to any representative, official, employee, or other agent of FAO any direct or indirect benefit arising from or related to the performance of the Contract or of any other contract with FAO or the award thereof or for any other purpose intended to gain an advantage for the Contractor.

Contract No.

ARTICLE 29 – OBSERVANCE OF THE LAW

The Contractor shall comply with all laws, ordinances, rules, and regulations bearing upon the performance of its obligations under the Contract. The Contractor shall promptly correct any violations thereof and shall keep FAO informed of any conflict or problem arising in relation to national authorities. In addition, the Contractor shall maintain compliance with all obligations relating to its registration as a qualified vendor of goods or services to FAO, as such obligations are set forth in FAO vendor registration procedures.

ARTICLE 30 – LABOR:

30.1 The Contractor shall:

30.1.1 respect the prohibition of forced or compulsory labour in all its forms;

30.1.2 respect the freely exercised right of workers, without distinction, to organize, to further and defend their interest as well as the protection of those workers who exercise their right to organize;

30.1.3 ensure equality of opportunity and treatment in respect of employment and occupation; *and*

30.1.4 ensure fair and reasonable conditions of safety, health and welfare.

30.2 The Contractor represents and warrants that neither it, its parent entities (if any), nor any of the Contractor's subsidiary or affiliated entities (if any) is engaged in any practice inconsistent with the rights set forth in the Convention on the Rights of the Child, including Article 32 thereof, which *inter alia*, requires that a child shall be protected from performing any work that is likely to be hazardous or to interfere with the child's education, or to be harmful to the child's health or physical, mental, spiritual, moral or social development.

ARTICLE 31 – MINES

The Contractor represents and warrants that neither it, its parent entities (if any), nor any of the Contractor's subsidiaries or affiliated entities (if any) is engaged in the sale or manufacture of anti-personnel mines or components utilized in the manufacture of anti-personnel mines.

ARTICLE 32 – SEXUAL EXPLOITATION

The Contractor shall take all appropriate measures to prevent sexual exploitation or abuse of any direct beneficiary of the FAO projects or programmes receiving the goods or services provided under this Contract, or to any persons related to such beneficiaries, by its employees or any other persons engaged and controlled by the Contractor to perform any services under the Contract. For these purposes, sexual activity with any person less than eighteen years of age, regardless of any laws relating to consent, shall constitute the sexual exploitation and abuse of such person. In addition, the Contractor shall refrain from, and shall take all reasonable and appropriate measures to prohibit its employees or other persons engaged and controlled by it from exchanging any money, goods, services, or other things of value, for sexual favors or activities, or from engaging in any sexual activities that are exploitive or degrading to any direct beneficiary of the FAO projects or programmes receiving the goods or services provided under this Contract, or to any persons related to such beneficiaries.

ARTICLE 33 – TERRORISM

The Contractor agrees to undertake all reasonable efforts to ensure that none of the funds received from FAO under this Contract are used to provide support to individuals or entities:

33.1 associated with terrorism, as included in the list maintained by the Security Council Committee established pursuant to Resolutions 1267 (1999) and 1989 (2011); *or*

33.2 that are the subject of sanctions or other enforcement measures promulgated by the United Nations Security Council.

ARTICLE 34 – SANCTIONABLE ACTIONS

34.1 The Contractor shall observe the highest standard of ethics and will certify that it has not and will not engage in Sanctionable Actions during the selection process and throughout the negotiation and execution of this Contract. The Contractor expressly agrees to abide by the UN Supplier Code of Conduct.

Contract No.

- 34.2 FAO, without prejudice to any other rights or remedies it may possess, may terminate the Contract forthwith if the Contractor, in the judgment of FAO, has engaged in Sanctionable Actions in competing for or in negotiating or executing this Contract, and as appropriate, impose sanctions, as per the prevailing Sanctions Procedures (http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/procurement/docs/FAO_Vendors_Sanctions_Policy_-_Procedures.pdf), and request full or partial restitution of sums previously paid by FAO under this Contract.
- 34.3 For the purpose of this Article, Sanctionable Actions are defined as follows: “Corrupt practice” means the offering, giving, receiving or soliciting, directly or indirectly, of anything of value whether tangible or intangible to improperly influence the actions of another party; “Fraudulent practice” means any act or omission, including misrepresentation that knowingly or recklessly misleads, or attempts to mislead, a party to obtain a financial and/or other benefit and/or to avoid an obligation; “Collusive practice” is an arrangement between two or more parties designed to achieve an improper purpose, including influencing improperly the actions of another party; “Coercive practice” is impairing or harming, or threatening to impair or harm, directly or indirectly, any party or the property of the party to influence improperly the actions of a party; “Unethical practice” is the conflict of interest, gifts and hospitality or post-employment FAO policy (<http://www.fao.org/unfao/procurement/codedeconduitethique/en/>), as well as any provisions or other published requirements of doing business with the Organization, including the UN Supplier Code of Conduct; and “Obstructive practice” is an act or omission by a Third Party that may prevent or hinder the work of Investigation Unit of the FAO Office of the Inspector General.

ARTICLE 35 – DISCLOSURE OF SANCTIONS OR TEMPORARY SUSPENSION

The Contractor should not be suspended, debarred, or otherwise identified as ineligible by any Intergovernmental or UN Organization, including any organization within the World Bank Group or any multi-lateral development bank, or by the institutions and bodies of transnational economic unions (e.g., of the EU). The Contractor is therefore required to disclose to FAO whether itself, or any of its affiliates, or agents, is subject to any sanction or temporary suspension imposed by any such organization or National Authority at any time during the three years prior to this Contract and at any time throughout the execution of this Contract. The Contractor recognizes that a breach of this provision will entitle FAO to terminate its Contract with the Contractor, and that material misrepresentations on its status constitute a fraudulent practice.

ARTICLE 36 – COLLABORATION WITH CERTAIN COUNTRIES

FAO reserves the right to communicate in writing to the Contractor, countries from which no goods or services shall be purchased directly or indirectly for purposes of delivery, distribution, installation, or use under this Contract. These communications shall be deemed a condition of this Contract and be incorporated by the Contractor in any contracts with authorized subcontractors.

ARTICLE 37 – NOTICES AND COMMUNICATIONS

All notices and other binding communications shall be in English, or the language of the Contract, and shall be deemed to be validly given if sent by registered mail, by fax or by email with return receipt to the other Party at the address or numbers of either Party as indicated in the Contract.

Signed on behalf of:

THE FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS :

Contract No.

Name & Title:

Date:

Signed on behalf of:

THE CONTRACTOR

Name: & Title

Date:

Contract No.

ANNEXES I – VI

Contract No.

Annex I

STATEMENT OF SERVICES AND SPECIFICATIONS

The Contractor shall execute the services set out in this Annex in accordance with the specifications mentioned herein:

(AS DESCRIBED IN APPENDIX A, AND B OF THE LOI)

COST OF DELIVERABLES

The Contractor shall submit reports and/or documents in the English language with respect to services performed under this Contract as set out below, payment for which will be made by FAO in accordance with the provisions of **Annex VI**.

Cost Breakdown per Outputs/Products

SN	Output [list them as referred to in the TOR]	Percentage of Total Price (Weight for payment)	Price (Lump Sum, All Inclusive)
1	Output 1	0%	
2	Output 2	10%	
3	Output 3	20%	
4	Output 4	30%	
5	Output 5	40%	
	Total	100%	

*** It is understood that this amount is a lumpsum and includes all costs incurred for the completion of all activities involved in the performance of this contract.**

Contract No.

Annex III

SCHEDULE OF REPORTS AND/OR DOCUMENTS

Contract No.

Annex IV

SCHEDULE OF CONTRACT PERFORMANCE

The Contractor shall execute this Contract in accordance with the following schedule of performance:

SERVICES AND FACILITIES PROVIDED BY FAO

SCHEDULE AND METHOD OF PAYMENT

FAO will effect the following payments or reimbursements to the Contractor, subject to the provisions of Article 7 of Section I and those of this **Annex**, upon receipt of invoices in duplicate at the office mentioned in paragraph 6 below, up to a total amount not to exceed:

..... (*Write out amount*)

1. Payments of services as provided for in Article 5 of Section I, will be effected according to the following schedule:

1.1 Upon submission of invoice and the delivery of **Output 2** as set forth in the TOR, Annex II duly certified and accepted by the Organization’s Contract Manager, the Organization will release a payment equal to **10%** of the total contract amount;

1.2 Upon submission of invoice and the delivery of **Output 3** as set forth in the TOR, Annex II duly certified and accepted by the Organization’s Contract Manager, the Organization will release a payment equal to **20%** of the total contract amount;

1.3 Upon submission of invoice and the delivery of **Output 4** as set forth in the TOR, Annex II duly certified and accepted by the Organization’s Contract Manager, the Organization will release a payment equal to **30%** of the total contract amount;

1.4 At the end, upon submission of the last invoice and the delivery of **Output 5** as set forth in the TOR, Annex II duly certified and accepted by the Organization’s Contract Manager, the Organization will release the last payment equal to **40%** of the total contract amount;

2. The Contractor shall indicate clear payment/banking instructions on all invoices which shall bear a consecutive number and indicate:

5.1 Contract No. ;

5.2 Any supporting documents attached;

5.3 The certification by FAO Contract Manager mentioned above, if required by the provisions of the present **Annex VI**.

6. All invoices shall be submitted in duplicate addressed to:

.....

7. FAO will endeavour to effect payment of the invoices submitted in accordance with paragraphs 5 and 6 above, within thirty (30) calendar days of the date of their receipt but shall under no circumstances be liable to pay interest on amounts not paid within such period.
8. FAO will make payment to a bank account indicated by the Contractor in its invoice, providing that the bank account is in the name of the Contractor and located in the country of residence of the Contractor. Any request for payment to a bank account other than that of the Contractor or to a bank other than one located in the Contractor's country of residence should be specified in a written notice with the reasons for such deviation from standard payment terms, and authorized by FAO's Contract Manager mentioned above.